



N.º 8 | Dezembro 2025

Dossiê Temático: “Quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?” – Reflexões a partir do projeto TransFemina: Paisagens Interseccionais.

CADERNOS IS-UP

CADERNOS DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DO PORTO, 8

Dossiê Temático: “Quanto espaço,
físico e simbólico, ocupam as mulheres
nas cidades?” – Reflexões a partir
do projeto TransFemina:
Paisagens Interseccionais.

2025

Ficha Técnica

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Título: Cadernos IS-UP – Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (N.º 8, 2025)

Direção: Lúcia Ferro, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)

Coordenação editorial: Maria João Oliveira (FLUP e IS-UP)

Equipa editorial: Sílvia Correia (FLUP e IS-UP)

Assistência editorial: Beatriz Lacerda

Dossiê Temático: “Quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?” – Reflexões a partir do projeto TransFemina: Paisagens Interseccionais.

Organização: Maria João (PELE) e Sara Jorge (PELE)

Conselho Editorial Nacional

Ana Brandão, Universidade do Minho
Ana Paula Marques, Universidade do Minho
António Firmino da Costa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Dalila Cerejo, Universidade Nova de Lisboa
Fernando Bessa Ribeiro, Universidade do Minho
João Filipe Marques, Universidade do Algarve
Karin Wall, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Luís Baptista, Universidade Nova de Lisboa
Luísa Veloso, ISCTE-IUL
Madalena Ramos, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Nuno Jerónimo, Universidade da Beira Interior
Paula Abreu, Universidade de Coimbra
Paulo Peixoto, Universidade de Coimbra
Pedro Abrantes, Universidade Aberta e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Sandra Mateus, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Vítor Sérgio Ferreira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Conselho Editorial Internacional

Apostolos Papadoupolos, Harokopio University, Atenas, Grécia
Heitor Frúgoli Jr., Universidade de São Paulo, Brasil
Julia O'Donnel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Luciana Andrade, PUC Minas, Brasil
M. Victoria Gómez, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha
Marta Soler Gallart, Universitat de Barcelona, Espanha
Marta Smagacz-Poziemska, Jaggielonski University, Cracóvia, Polónia
Sari Hanafi, American University of Beirut, Líbano
Teresa Consoli, University of Catania, Itália
Thomas Faist, Universität Bielefeld, Alemanha
Victoria Alexander, Goldsmiths, University of London, Reino Unido
Yasmine Siblot, Université Paris 8, França

PUBLICAÇÃO BIANUAL

URL: https://ojs.letras.up.pt/index.php/%20Cadernos-ISUP_1

Edição: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

ISSN: 2975-8033

DOI: <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad8>

Design Capa: Jorge Almeida

Design e Paginação: José Teixeira

Data: dezembro de 2025

Local de Edição: Porto

Suporte: Eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UID/00727/2025 (<https://doi.org/10.54499/UID/00727/2025>)

SUMÁRIO

Editorial

Lígia Ferro, Maria João Oliveira e Sílvia Correia

ARTIGOS

Narrativas de Desejo e Desobediência - 18 anos de PELE no campo das práticas artísticas participativas

Maria João Mota e Sara Jorge

Corpos em trânsito no espaço público – Territórios de (não) ocupação

Vanessa Marcos

Public spaces, shared struggles: How gender shapes the urban experience

Florencia Andreola, Silvia Tagliazucchi e Federica Rocchi

Transfeminist soundwalks: shaping urban space through voice and presence

Federica Rocchi, Silvia Tagliazucchi e Meike Clarelli

Urbanismo feminista: enredando comunidades y artistas

Sara Ortiz Escalante con Col·lectiu Punt 6

La perspectiva feminista como herramienta para transformar la vivienda

Roser Casanovas com Col·lectiu Punt 6

EDITORIAL CADERNOS IS-UP | 8

Lígia Ferro, Maria João Oliveira e Sílvia Correia
Comissão Editorial

Como é habitual, encerramos o ano com um número especial dos CADERNOS do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, num momento em que o mundo continua a enfrentar múltiplos desafios. O agravamento da polícrise – marcada pelas alterações climáticas, crises económicas, desigualdades sociais e polarizações crescentes – tem intensificado a incerteza e a vulnerabilidade sociais. No entanto, é precisamente em tempos como estes que a sociologia, as ciências sociais e humanas e as artes se revelam mais essenciais do que nunca. Através da escuta atenta, da recolha sistemática de dados, da análise crítica, e da construção de pontes entre a academia e a sociedade, estas disciplinas oferecem ferramentas para compreender as complexidades do presente e imaginar futuros mais inclusivos.

Este número especial, dedicado ao tema “Quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?”, reflete essa missão, ao trazer para o centro do debate as experiências, as lutas e as propostas de transformação que emergem de intervenções que, fora da academia, estão a reconfigurar as nossas cidades e a desafiar as desigualdades que as atravessam. O volume temático, surge do projeto “Transfemina: Paisagens Interseccionais”, financiado pelo programa Europa Criativa, que se centra na criação de espaços de reflexão, discussão e ação coletiva em torno da invisibilidade das narrativas feministas no património cultural e as desigualdades no espaço público em três cidades do Sul da Europa: Porto, Barcelona e Modena.

Os espaços públicos urbanos são lugares de encontros e de intensas sociabilidades. São territórios onde se cruzam histórias, culturas, corpos e vozes. No entanto, nem todos os corpos e vozes têm a mesma força ou a mesma visibilidade nas nossas cidades. Muitas vezes idealizadas como lugares de inclusão, as urbes contemporâneas são palcos de desigualdades profundas, onde as dinâmicas de poder, género, classe, étnica/raça, apenas para nomear algumas, se manifestam de forma evidente. É neste contexto que surge a necessidade de questionar: quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades, especialmente as do Sul da Europa?

No primeiro texto, *Narrativas de Desejo e Desobediência- 18 anos de pele no campo das práticas artísticas participativas*, Maria João Mota e Sara Jorge apresentam o percurso da PELE, uma organização que, ao longo de 18 anos, tem desenvolvido projetos de criação artística focalizados na reflexão e na participação social e política, com o objetivo de alavancar processos de transformação individual e coletiva. O projeto *Enxoval: Tempo e Espaço de Resistência* e, mais recentemente, o *Laboratório TransFemina - Porto*, são exemplos de como a arte pode ser um veículo poderoso para ressignificar o espaço público e visibilizar as

histórias e corpos que permaneceram ausentes. As autoras questionam quanto espaço ocupamos nós mulheres, quais os corpos invisíveis nas cidades e que lugares podemos e queremos ressignificar. Estas perguntas ecoam ao longo de todo número temático, desafiando-nos a refletir sobre o papel das mulheres na construção das cidades e dos seus quotidianos.

Vanessa Marcos, no texto *Corpos em Trânsito no Espaço Público – Territórios de (Não) Ocupação*, aprofunda esta reflexão ao abordar o espaço público como um território de disputa. Quem o ocupa? Como é ocupado? E em que horários? A autora explora as dinâmicas de exclusão e marginalização que moldam o espaço urbano, destacando a importância de politizar os corpos como territórios a serem defendidos. A partir do Laboratório Local do Porto, Marcos partilha experiências de mapeamento de ausências e invisibilidades, propondo práticas de resistência poética, afetiva e política que desafiam as normas estabelecidas e imaginam novas formas de ocupação.

A relação entre género e experiência urbana é o foco do texto *Espaços Públicos, Lutas Compartilhadas: Como o Género Molda a Experiência Urbana*, de Florencia Andreola, Silvia Tagliazucchi e Federica Rocchi. As autoras desmontam a ideia de neutralidade dos espaços públicos, evidenciando como o planeamento urbano tradicional perpetua desigualdades de género e limita a participação de mulheres e minorias de género na vida pública. A partir de questões como “Quem se sente seguro/a ao voltar para casa à noite?” ou “Quais necessidades recebem prioridade nos transportes públicos?”, o texto desafia-nos a repensar as cidades como espaços verdadeiramente inclusivos, onde as diferenças de género sejam consideradas no planeamento urbano.

A dimensão sonora do espaço público é explorada no artigo *Soundwalks Transfeministas: Configurando o Espaço Urbano através da Voz e da Presença*, de Federica Rocchi, Silvia Tagliazucchi e Meike Clarelli. A partir da experiência do Collettivo Amigdala em Modena, Itália, as autoras apresentam o *soundwalk* como uma prática artística transfeminista que utiliza o som, a escuta e o caminhar para criar cartografias críticas alternativas. Estas práticas, que promovem a escuta mútua e a ação coletiva, são apresentadas como uma forma de intervenção política e estética que desafia as relações de poder no espaço público e promove a reconfiguração das paisagens urbanas por parte de corpos marginalizados.

Por fim, os textos *Urbanismo Feminista: Entrelaçando Comunidades e Artistas* e *A Perspetiva Feminista como Instrumento de Transformação da Habitação*, ambos do Col·lectiu Punt 6, baseado em Barcelona e no qual participam sociólogas, arquitetas e urbanistas, abordam a necessidade de repensar o urbanismo e a habitação a partir de uma perspetiva feminista. O urbanismo feminista, como defendido pelo coletivo, coloca a vida quotidiana e os cuidados no centro do planeamento urbano, promovendo cidades seguras para todas as pessoas. A habitação, por sua vez, é apresentada como um direito fundamental, cuja garantia passa

pela aplicação de uma perspectiva feminista interseccional nas políticas públicas. Estes textos sublinham a importância de criar redes de colaboração entre organizações feministas e artísticas, bem como de utilizar ferramentas criativas para tornar o urbanismo mais acessível e inclusivo.

Este número especial da nossa revista é, assim, um convite à reflexão e à ação, partindo de uma abordagem transnacional à realidade social. Através das vozes de artistas, académicas e ativistas, exploramos as múltiplas formas como as mulheres e outras identidades marginalizadas experienciam, ocupam e transformam as cidades. É um apelo à construção de espaços urbanos que não só reconheçam, mas também celebrem a diversidade das experiências humanas. Porque, no fundo, a questão não é apenas quanto espaço ocupam as mulheres nas cidades, mas como podemos, em conjunto, criar cidades onde todas e todos tenham o seu espaço e onde possamos construir juntos/as um futuro socialmente mais justo.

Voltaremos em 2026 com mais números desta publicação que tem vindo a crescer convosco. A equipa editorial dos Cadernos do Instituto de Sociologia deseja a todos/as os/as nossos/as leitores/as um excelente Ano Novo!

EDITORIAL CADERNOS IS-UP | 8

Lígia Ferro, Maria João Oliveira e Sílvia Correia
Editorial Board

As usual, we close the year with a special issue of the Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, at a time when the world continues to face multiple challenges. The worsening of the polycrisis—marked by climate change, economic crises, social inequalities and growing polarisation—has intensified social uncertainty and vulnerability. Yet it is precisely in times such as these that sociology, the social sciences and humanities, and the arts prove to be more essential than ever. Through attentive listening, systematic data collection, critical analysis, and the building of bridges between academia and society, these disciplines offer tools to understand the complexities of the present and to imagine more inclusive futures.

This special issue, dedicated to the theme “How much physical and symbolic space do women occupy in cities?”, reflects this mission by bringing to the centre of the debate the experiences, struggles and proposals for transformation that emerge from interventions which, outside academia, are reconfiguring our cities and challenging the inequalities that run through them. The thematic volume arises from the project “Transfemina: Intersectional Landscapes”, funded by the Creative Europe programme, which focuses on creating spaces for reflection, discussion and collective action around the invisibility of feminist narratives in cultural heritage and inequalities in public space in three Southern European cities: Porto, Barcelona and Modena.

Urban public spaces are places of encounter and intense sociability. They are territories where histories, cultures, bodies and voices intersect. However, not all bodies and voices carry the same weight or enjoy the same visibility in our cities. Often idealised as spaces of inclusion, contemporary cities are in fact stages of profound inequalities, where dynamics of power related to gender, class, ethnicity/race—among others—are clearly manifested. It is in this context that the need arises to ask: how much physical and symbolic space do women occupy in cities, particularly in those of Southern Europe?

In the first text, *Narratives of Desire and Disobedience – 18 Years of Skin in the Field of Participatory Artistic Practices*, Maria João Mota and Sara Jorge present the trajectory of PELE, an organisation that over the past 18 years has developed artistic creation projects focused on the reflection and social and political participation, with the aim of leveraging processes of individual and collective transformation. The project *Enxoval: Time and Space of Resistance* and, more recently, the *TransFemina Laboratory – Porto*, are examples of how art can be a powerful vehicle for re-signifying public space and making visible histories and bodies that have remained absent. The authors question how much space women occupy, which bodies are invisible in cities, and which places we can

and want to re-signify. These questions resonate throughout the entire thematic issue, challenging us to reflect on the role of women in the construction of cities and their everyday lives.

Vanessa Marcos, in the text *Bodies in Transit in Public Space – Territories of (Non-)Occupation*, deepens this reflection by addressing public space as a territory of dispute. Who occupies it? How is it occupied? And at what times? The author explores the dynamics of exclusion and marginalisation that shape urban space, highlighting the importance of politicising bodies as territories to be defended. Drawing on the Porto Local Laboratory, Marcos shares experiences of mapping absences and invisibilities, proposing practices of poetic, affective and political resistance that challenge established norms and imagine new forms of occupation.

The relationship between gender and urban experience is the focus of the text *Public Spaces, Shared Struggles: How Gender Shapes the Urban Experience*, by Florencia Andreola, Silvia Tagliazucchi and Federica Rocchi. The authors dismantle the idea of neutrality in public spaces, showing how traditional urban planning perpetuates gender inequalities and limits the participation of women and gender minorities in public life. Through questions such as “Who feels safe returning home at night?” or “Which needs are prioritised in public transport?”, the text challenges us to rethink cities as truly inclusive spaces, where gender differences are taken into account in urban planning.

The sound dimension of public space is explored in the article *Transfeminist Soundwalks: Configuring Urban Space through Voice and Presence*, by Federica Rocchi, Silvia Tagliazucchi and Meike Clarelli. Drawing on the experience of the Collettivo Amigdala in Modena, Italy, the authors present the soundwalk as a transfeminist artistic practice that uses sound, listening and walking to create alternative critical cartographies. These practices, which promote mutual listening and collective action, are presented as a form of political and aesthetic intervention that challenges power relations in public space and fosters the reconfiguration of urban landscapes by marginalised bodies.

Finally, the texts *Feminist Urbanism: Weaving Communities and Artists* and *The Feminist Perspective as a Tool for the Transformation of Housing*, both by Col·lectiu Punt 6, based in Barcelona and composed of sociologists, architects and urban planners, address the need to rethink urbanism and housing from a feminist perspective. Feminist urbanism, as advocated by the collective, places everyday life and care at the centre of urban planning, promoting cities that are safe for everyone. Housing, in turn, is presented as a fundamental right, whose guarantee requires the application of an intersectional feminist perspective in public policies. These texts underline the importance of creating networks of collaboration between feminist and artistic organisations, as well as using creative tools to make urbanism more accessible and inclusive.

This special issue is therefore an invitation to reflection and action, starting from a transnational approach to social reality. Through the

voices of artists, academics and activists, we explore the multiple ways in which women and other marginalised identities experience, occupy and transform cities. It is a call to build urban spaces that not only recognise but also celebrate the diversity of human experiences. Because, ultimately, the question is not only how much space women occupy in cities, but how we can, together, create cities where everyone has their space and where we can jointly build a more socially just future.

We will return in 2026 with more issues of this publication, which has been growing with you. The editorial team of the Cadernos do Instituto de Sociologia wishes all our readers an excellent New Year!



NARRATIVAS DE DESEJO E DESOBEDIÊNCIA – 18 ANOS DE PELE NO CAMPO DAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PARTICIPATIVAS

Maria João Mota
Sara Jorge
PELE

Resumo:

Entre 2019 e 2022, a PELE coordenou o projeto Enxoval: Tempo e Espaço de Resistência, que, além de ressignificar o Enxoval como materialidade de uma construção social do “ser mulher”, propunha desocultar as histórias das mulheres que nos inspiram – “As Bravas”. Este grupo de mulheres destacou a necessidade de visibilizar narrativas femininas e feministas, ampliando-as do espaço íntimo ao espaço público. No seguimento desta vontade, surgiu a ideia para a criação do TransFemina – Paisagens Interseccionais, um projeto fundamentado na reflexão sobre o espaço público, físico e simbólico, ocupado pelas mulheres e no desejo de construir pontes com outras companheiras feministas que, em diversas cidades da Europa, militam diariamente pela mesma causa. Assim chegamos ao Laboratório TransFemina – Porto, um espaço de ativação e experimentação de práticas poéticas e políticas voltadas para a ocupação do espaço público. Como em todos os processos criativos desenvolvidos pela PELE ao longo dos últimos 17 anos, iniciámos com a escuta e a observação atenta do que nos rodeia. Neste caso, as questões que inspiraram o TransFemina foram corporificadas e aprofundadas: Quanto espaço ocupamos? Onde está, e como é, a representação simbólica das mulheres no património cultural das cidades? Que corpos permanecem silenciados e invisibilizados? Como nos movimentamos nas ruas? Que lugares podemos e queremos ocupar e ressignificar? Esta reflexão documenta o movimento de germinação deste coletivo, o processo de criação artística e as ações públicas geradas até ao momento, focando-se no seu potencial para ocupar, inspirar e contagiar os lugares e os corpos.

Palavras-chave: Espaço público; Cocriação artística; Práticas poéticas e políticas; Feminismo.

NARRATIVES OF DESIRE AND DISOBEDIENCE – 18 YEARS OF PELE IN THE FIELD OF PARTICIPATORY ARTISTIC PRACTICES

Maria João Mota
Sara Jorge
PELE

Abstract:

Between 2019 and 2022, PELE coordinated the project Enxoval: Time and Space of Resistance, which, in addition to re-signifying the Enxoval (bridal trousseau) as the material expression of a social construction of “being a woman”, aimed to uncover the stories of the women who inspire us – “As Bravas” (The Brave Ones). This group of women highlighted the need to make female and feminist narratives visible, expanding them from the intimate sphere into the public space. Following this intention, the idea for the creation of TransFemina – Intersectional Landscapes emerged. This project is grounded in a reflection on the public space – both physical and symbolic – occupied by women, and in the desire to build bridges with other feminist companions who, in various cities across Europe, engage daily in the same cause. This led to the TransFemina Laboratory – Porto, a space for activating and experimenting with poetic and political practices focused on occupying public space. As with all creative processes developed by PELE over the past 17 years, we began by listening and carefully observing our surroundings. In this case, the questions that inspired TransFemina were embodied and explored in depth: How much space do we occupy? Where is the symbolic representation of women in the cultural heritage of cities, and what does it look like? Which bodies remain silenced and rendered invisible? How do we move through the streets? What places can we – and do we want to – occupy and re-signify? This reflection documents the germination of this collective, the process of artistic creation, and the public actions generated so far, focusing on their potential to occupy, inspire, and stir places and bodies.

Key-words: Public space; Artistic creation; Poetic and political practices; Feminism.

Este texto propõe-se a contextualizar o projeto TransFemina: Paisagens Interseccionais¹ na narrativa do trabalho desenvolvido pela PELE no campo das práticas artísticas participativas e comunitárias, situando-o como continuidade e expansão de um caminho já trilhado.

A PELE surge em 2007 pelo desejo de ocupar espaços de encontro, cruzamento e intersecção entre a Arte e Comunidade, aproximando a criação artística de grupos e territórios normalmente, ou deliberadamente, mais afastados dos processos de participação e decisão, afirmando a Arte enquanto exercício de cidadania, manifestação política e de transformação social. A nossa prática é orientada pelo princípio de construir processos artísticos que revelem a experimentação, o potencial estético e o compromisso ético e político no que diz respeito ao empoderamento individual e colectivo.

Procuramos trabalhar a partir das urgências dos territórios e das comunidades, privilegiando a acessibilidade e a participação artística em múltiplas centralidades. Através da intersecção de públicos, sectores, linguagens artísticas, territórios e parceiros, tentamos activar espaços de tomada de decisão partilhados e experimentar modelos alternativos de criação coletiva – de sermos e estarmos em colectivo.

PARTE 1 – O CHÃO

Iniciamos esta reflexão a partir de algumas ideias-chave que nos orientam, inspiram e provocam, num exercício de permanente questionamento e inquietação.

Lugar Comum

“Quando se nomeia uma comunidade deve-se, desde logo, acautelar-se contra a ideia de uma comunidade que é homogênea, com um passado comum e uma expectativa de futuro

também ela comum em relação aos seus participantes. Ora, nada é mais contrário a esta constituição de uma comunidade do que esta falsa construção identitária. O que se deseja é que a comunidade se desenvolva a partir de uma diversidade interna, em que cada elemento tem múltiplas identidades, muitas delas em contradição.”²

Onde encontrar o Comum nestas comunidades plurais, pulsantes, que dialogam e que se tensionam? Alguns autores consideram o “comum” como relação, é o “entre”, é aquilo que produzimos entre todos, o que é de todos e ao mesmo tempo não é de ninguém. É outro regime de participação e de partilha. O comum é parte da produção e sustentação da vida (a linguagem, o cuidado, mas também o ar, a água, o conhecimento...).

Estas outras formas de compreender a comunidade e o comum abrem possibilidades no campo das práticas artísticas e intervenções no espaço público que proporcionam outros e novos espaços de convivência e instauram experimentações de formas de fazer juntos.

Criação Colectiva — Corpo Coletivo — Transformação Coletiva

Os nossos processos de criação coletiva partem da escuta: ouvir, sentir, observar, passar tempo nos lugares, criar espaços de afecto e confiança, um lugar comum. Este lugar é também um lugar de questionamento de nós próprias, dos outros, do que nos rodeia – propondo uma análise do micro ao macro, do íntimo ao público, do eu ao nós, num movimento orgânico, sensorial, emocional, racional e político.

Este questionamento da realidade, das relações de poder, quando se aproxima daqueles que têm vozes, mas que normalmente, não são escutadas, carrega em si um potencial transformador.

¹ <https://transfemina.org/>

² António Pinto Ribeiro (2015, p. 7) in https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-16062021-150900/publico/2019_IsabelaUmbuzeiroValent_VCorr.pdf

A PELE move-se nas várias interseções da arte – o teatro, a música, a dança, as artes plásticas –, possibilitando a desocultação e reescrita de narrativas, individuais e colectivas, propondo a troca de papéis – colocarmo-nos no lugar do outro/da outra, olhar e sermos olhadas de novas perspectivas. Um exercício que ganha uma força simbólica muito particular quando trabalhamos com grupos marcados pela exclusão, preconceitos e estereótipos. Permite-nos a redescoberta do nosso e de outros corpos, novos movimentos, sons, olhares... Trata-se de uma descolonização dos sentidos e da imaginação, uma redescoberta e uma reconstrução de uma poética e uma potência pessoal e colectiva: um corpo comum/colectivo enquanto um novo sujeito político.

Múltiplas Vozes e Centralidades³

O modelo de desenvolvimento ocidental e capitalista configura territórios, cidades e países a partir de uma lógica desigual, concentrando estruturas, bens, recursos, oportunidades, serviços, condições para a plena participação e para o exercício da cidadania. Há dimensões geográficas, económicas, sociais que delimitam fronteiras e qualificam alguns territórios em detrimento de outros *“...a instauração e a reprodução de uma assimetria de poder entre um ‘centro’ e uma ‘periferia’ está na base de toda relação de dominação em qualquer sociedade desigual e hierarquizada, seja em regime democrático, autoritário, colonial ou pós-colonial.”* (Ogien, 2018)

Ao desafiar e esbater as fronteiras, convoca-se uma redistribuição do poder de enunciação. Não basta “dar voz” a grupos histórica e socialmente marginalizados e silenciados – é preciso deslocar os centros, ir ao encontro das vozes já existentes, praticar a escuta enquanto ato afetivo e político – escutar em vez de “falar sobre”.

A criação artística torna-se, assim, um lugar de verdadeiro exercício da democracia – onde não se convida para participar no que já está decidido, mas onde se constrói, desde o início, com quem historicamente nunca teve lugar “no(s) palco(s)”⁴. Esse é o desafio político do nosso tempo: não representar o outro, mas transformar as estruturas para que o outro possa existir plenamente – ser escutado, decidir, criar e permanecer.

Nesse sentido ainda, o reconhecimento da singularidade de cada território torna-se fundamental. Partir do lugar de escuta de histórias, tensões, invisibilidades, contradições de um território e suas comunidades, permite que as propostas artísticas surjam de forma situada e não de uma imposição instrumentalizada a partir de outras ambições externas. Os não-lugares – espaços de transição, esquecimento ou abandono, frequentemente destituídos de identidade e cuidado apresentam-se com um potencial de reinvenção coletiva e poética. A intervenção artística no espaço público, intrínseca à estética transdisciplinar da PELE, não se propõe apenas à ocupação desse espaço, mas de o transformar num lugar – lugar de encontro, de partilha, de reflexão, de escuta, de criação. Espaços, ainda que temporários, que acolhem as múltiplas vozes e convidam à construção de outros imaginários, outras cartografias.

Práticas Regenerativas – Pacto 2026

“Decrescer, Desurbanizar, Destecnologizar, Despatriarcalizar, Descolonizar e, enfim, Descomplexificar as nossas mentes e as nossas sociedades.” (Taibo, 2023)

Desde 2021, ano em que ocupamos o espaço da Adega em Azevedo de Campanhã, no Porto, que iniciámos uma fase de pesquisa e experimentação artística a partir dos pensamentos e das práticas regenerativas. A criação artística regenerativa é mais do que uma estética verde, não visando apenas neutralizar impactos: é uma

³ Esta linha orientadora foi construída em estreita colaboração com Lucelina Rosa (2023), cuja reflexão contribuiu significativamente para a sua definição.

⁴ Palco(s) aqui no sentido de espaço de participação.

ética de reconstrução, redistribuição e responsabilidade no meio da ruína. Num tempo em que o Antropoceno expõe, não só a crise ambiental, mas também a crise das formas de convivência, as práticas regenerativas desafiam-nos a imaginar, sentir e construir realidades não apenas possíveis – mas viáveis, vivíveis e sensíveis entre comunidades humanas e mais do que humanas. Trata-se de afirmar a arte como gesto de resistência, urgência e desobediência, onde criar é também curar, cuidar e cultivar.

Micropolíticas – As políticas do cuidado

Micropolítica é o nome que Félix Guattari deu, nos anos 60, àqueles desejos que por serem relativos à “vida privada” no modo de subjetivação dominante, ficaram excluídos da ação reflexiva e militante das lutas políticas/partidárias: a sexualidade, a família, os afectos, o cuidado, o corpo, o íntimo. Os processos de opressão colonial, patriarcal e capitalista são processos de captura e esvaziamento da força vital que neutralizam a complexidade e potência das forças do mundo e do saber do corpo. É, por isso, urgente imaginar outras formas de resistência colectiva, onde a criação artística possa apoiar as insurreições tanto no plano individual como no micropolítico (política do desejo) da existência colectiva. Como diz Suely Rolnik (2018), todo o processo de transformação política que não contemple a descolonização do inconsciente é condenado à repetição das formas de opressão.

A potência da criação artística em contextos de maior desigualdade de oportunidades, pode considerar-se uma resistência micropolítica, desestabilizando as formas dominantes da subjetivação, construindo e potenciando um relato autocrítico, reflexivo, capaz de tornar visíveis as relações de poder patriarcal, capitalista e colonial. Este processo de desmecanização dos corpos e resgate da poesia, de experimentação de outras formas de sentir e perceber o mundo, é um processo eminentemente colectivo e político e tem também um poder de inspiração e de contaminação do seu entorno.

Estes processos que oscilam entre o íntimo e o público, entre a catarse e a potência, podem despoletar processos internos e colectivos. Esta reflexão transporta-nos para uma dimensão essencial na nossa prática – o cuidado.

Compreendemos o cuidado enquanto um ato político: uma aproximação sensível e situada com os grupos ancorada numa escala local, implicando práticas como a investigação/ação, a valorização e ressignificação das memórias, a partilha de experiências e a criação colectiva a partir das práticas sociais quotidianas: habitar, alimentar, plantar, conviver, cuidar (enquanto acto de afecto e vulnerabilidade). Trata-se de reconhecer a potência do estar em grupo, da vizinhança enquanto espaço político, da tomada de decisões partilhadas a partir de quem habita o lugar, do reconhecimento das diversidades que co-existem. Uma perspectiva de cuidado que atravessa o ecossistema em que os projetos se inserem, nutrindo relações de solidariedade, reciprocidade e complementaridade.

PARTE 2 – A AÇÃO

Das Auroras, ao Enxoval, ao TransFemina... Do Bairro do Lagarteiro a Barcelona.

Considerando os pontos anteriormente desenvolvidos, importa destacar o foco que a PELE assumiu, desde cedo, no feminino e na igualdade de género, como eixo estruturante da sua ação comunitária. Desde 2008, este compromisso materializou-se na apresentação de espetáculos de Teatro Fórum em escolas e espaços comunitários, de norte a sul do país, abordando questões como a violência no namoro e a violência de género. O número de apresentações e o alcance das ações, que envolveram centenas — senão milhares — de jovens, professores e agentes educativos, demonstram a relevância e persistência desta linha de intervenção. Mais do que criar espetáculos, procurou-se gerar espaços de discussão, capacitação e formação, promovendo a apropriação da metodologia do Teatro do

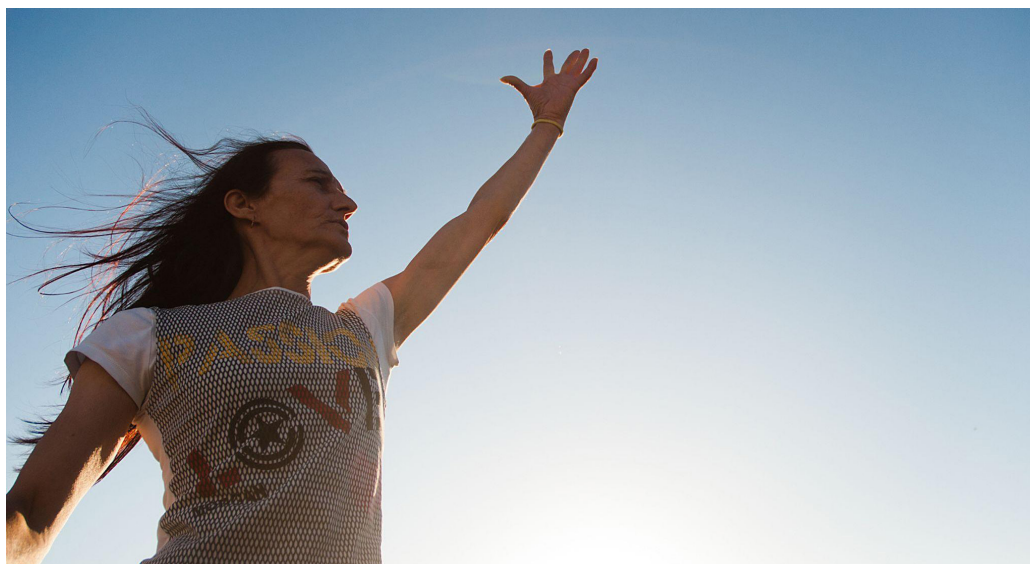


Figura 1. Irene Oliveira.
Fotografia de Paula Preto.

Oprimido⁵ como ferramenta integrada no quotidiano pedagógico, educativo e democrático.

Um dos marcos simbólicos dessa abordagem foi a instalação/performance “Meto a Colher”, apresentada em vários espaços públicos. A proposta transferia situações reais de violência doméstica, vividas em contexto privado, para o espaço público, representando quadros familiares em que o público – assumindo simultaneamente o papel de voyeur e cúmplice – era desafiado a “meter a colher”, atirando-a para o espaço cénico num ato simbólico de exercício de cidadania.

Em 2009, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos, a PELE foi convidada a desenvolver uma série de ações no Bairro do Lagarteiro, em Campanhã, com o objetivo de promover espaços de escuta e debate sobre a reabilitação urbana em curso e, simultaneamente, fomentar pontes entre o bairro e a cidade do Porto. Entre os grupos mobilizados, o foco recaiu sobre mulheres em situação de desemprego prolongado e/ou isolamento social, que então constituíam a maioria da população inativa, com baixos níveis de escolaridade e reduzido acesso a espaços de decisão⁶.

Foi nesse contexto que, em 2010, se iniciaram encontros semanais com um grupo de mulheres do bairro, dando origem ao que viria a ser o Espaço M. Este espaço constituiu-se, de forma intuitiva e orgânica, como um lugar de cuidado e

escuta. Sem qualquer exigência estética ou produtiva, centrou-se na construção de relações de confiança, afeto e bem-estar. Muitas destas mulheres apresentavam quadros de fragilidade emocional e de saúde mental, estavam medicadas e mantinham uma postura resistente a propostas participativas. A mediação artística funcionou como dispositivo de desbloqueio emocional, mas o foco permaneceu sempre na criação de um território de pertença e dignidade.

Foi também aqui que emergiram, pela primeira vez, interrogações sobre o direito à cidade⁷ a partir da perspectiva destas mulheres. A maioria delas raramente saía do bairro — e, quando o fazia, era por necessidade e não por escolha. A mobilidade era limitada: apenas uma linha de autocarro servia a zona. A relação com o espaço urbano era marcada pela ausência: de acesso, de representação, de escuta. O exercício de cidadania era, assim, quase inexistente, pois a perceção subjetiva de direito — o direito a ser, existir, resistir — estava reduzida a funções de cuidadora, mãe ou filha, excluindo a própria individualidade, nunca enquanto sujeito político.

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, criaram-se “novos” direitos, enunciados a partir da sua experiência concreta: Direito ao Amor, à Escolha, à Felicidade, à Reação, à Diferença, a ser Estimada, à Educação, à Paz. Cada mulher criou uma imagem representativa do seu direito, e o grupo organizou uma exposição, celebrando os seus corpos e existências normalmente silenciados nas narrativas das cidades (Fig. 1).

5 O Teatro do Oprimido, concebido por Augusto Boal na década de 1970, é uma metodologia teatral que visa democratizar os meios de produção artística e promover a transformação social. Inspirado por Paulo Freire e pelo conceito de pedagogia do oprimido, Boal propõe um teatro em que os espectadores se tornam *espect-atores*, intervindo ativamente na cena para ensaiar estratégias de resistência e mudança diante de situações de opressão vividas no quotidiano.

6 À data de realização do projeto e no contexto do Bairro do Lagarteiro segundo relatório de diagnóstico “Lagarteiro, uma intervenção alicerçada na participação, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

7 Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, formulou em *O Direito à Cidade* (1968) uma crítica à produção capitalista do espaço urbano, defendendo o direito de todos os cidadãos — especialmente os marginalizados — de participar na construção, apropriação e transformação dos espaços urbanos em que vivem. O conceito tornou-se central nos debates contemporâneos sobre justiça espacial e cidadania urbana.



Figura 2. Espetáculo “Aurora”. Fotografia de Paula Preto.

Este processo despoletou uma nova fase: com o crescimento da confiança, autonomia e consciência coletiva, surgiu o grupo de teatro das oprimidas⁸ “As Auroras”. O espetáculo de teatro-fórum *Aurora* emergiu do desejo de pensar a condição de ser mulher em articulação com os lugares habitados – o bairro e a cidade, partindo da metáfora de uma viagem de autocarro, na linha que ligava o Lagarteiro ao centro, uma narrativa que oscilava entre o cotidiano e a metáfora, entre a autobiografia e o coletivo. A cidade enquanto lugar de desejo e exclusão simultaneamente.

A questão identitária, aqui, expõe os estigmas territoriais, as barreiras invisíveis que condicionam o acesso ao espaço urbano, à visibilidade, ao reconhecimento. Como afirma bell hooks (2000), o espaço de resistência das margens não é só sobrevivência – é produção de mundo.

“Nasce o dia, janelas que se abrem e mulheres que espreitam para deixar entrar a luz nas casas e nos corpos. Estas janelas, despojos de um Bairro em re-construção que procura também outras oportunidades ligando-se à cidade através de um

*autocarro que transporta medos, expectativas, esperanças, resignações ... Aurora, uma mulher que amanhece, que acredita que os seus dias podem ter outras cores, como a roupa que estende ao sol. “Vais escrever que és do Bairro?!” “Se calhar é por isso que nunca te chamam ...” Será que a marca da sua identidade, da sua morada, é mais forte do que a vontade de querer ser simplesmente ela própria?”*⁹ (Fig. 2.)

Hoje, ao revisitar este processo à luz de práticas mais recentes como o TransFemina, percebemos que foi há mais de 15 anos que se começou a enunciar, com estas mulheres, uma pergunta que ainda nos atravessa: qual o lugar do feminino na cidade? Que espaços habitamos – física, política e simbolicamente? E como podemos, a partir da arte, criar condições reais para que esses espaços deixem de ser invisíveis ou precários e passem a ser habitáveis, dignos, férteis?

As Auroras continuaram a fazer teatro fórum, teatro comunitário, integraram outros e novos projectos, acreditamos, tal como nós, que quando se lembram de como tudo começou, também se

8 Na escrita deste texto, atualizamos a designação para “Teatro das Oprimidas” reflectindo a actualização e organicidade do método teatral dirigido a grupos de mulheres, conforme linha investigação / ação da Curinga Bárbara Santos.

9 Excerto da sinopse do espectáculo de teatro fórum “Aurora” estreado a 30 de abril de 2011 no pequeno auditório do Teatro Rivoli.



Figura 3. “As Bravas: Um Manifesto”. Fotografia de Patrícia Poção.

comovam com a potência e beleza daquilo que fizemos juntas. Esta memória partilhada, feita de encontros, criação e resistência, permanece como um eixo essencial do trabalho desenvolvido pela PELE e projeta-se no tempo como prática ética, estética e política.

Entre 2019 e 2022, a PELE desenvolveu o projeto Enxoval: Tempo e Espaço de Resistência como uma reflexão crítica sobre a condição feminina, a sua representação social e a carga simbólica que o termo evoca. O enxoval, enquanto património material e imaterial, transporta consigo um legado intergeracional de afetos, objetos e condutas, consolidando uma certa ideia de feminilidade transmitida de avós para mães, de mães para filhas. Este “kit de preparação para a vida adulta”, tão presente nas tradições domésticas, contém não só utensílios, mas também códigos de género, expectativas sociais e silêncios cúmplices.

O Enxoval envolveu comunidades urbanas e rurais nos territórios do Porto e de Amarante, reunindo mulheres e homens de várias idades para um processo criativo em torno da igualdade de género e da desconstrução de estereótipos. Através do trabalho artístico-participativo, foram abertos espaços de escuta, criação e emancipação — lugares de liberdade simbólica que inspiraram o desejo de mudança.

A partir desta dimensão de sororidade e transmissão subterrânea, emergiu a proposta de reconfigurar o enxoval como dispositivo de resistência e luta política. Lençóis bordados deram lugar a faixas e bandeiras, afirmando a urgência de inscrever os corpos e as vozes femininas no espaço público, desestabilizando a divisão histórica entre esfera doméstica e esfera pública. “Percebemos também que a experiência de ser mulher é uma experiência coletiva, mas atravessada por desigualdades interseccionais — sendo que a vivência de uma mulher branca se

distingue da vivência de uma mulher negra ou trans. Enquanto descobrimos o político dentro do privado, também percebemos que, através das experiências privadas, o político fica mais tangível e que o podemos mudar através das nossas ações e decisões individuais.” (Lapa, Schröder, & Mota, 2023)

Face à invisibilização de figuras femininas nos discursos históricos oficiais, na toponímia e na estatutária das cidades, o projeto Enxoval criou As Bravas — que assumiram diferentes formatos: uma coleção de fanzines, bordado coletivo e uma exposição fotográfica. Estas manifestações celebram mulheres que são protagonistas de lutas quotidianas, heroínas da vida real. Esta inscrição do feminino na memória coletiva e nos espaços públicos afirma-se como um gesto de reparação simbólica, tão necessário quanto político.

A pandemia da COVID-19 atravessou o projeto, mas longe de o interromper, reforçou o sentido de coletivo e de urgência política. Foram criados encontros virtuais onde se escreveu um manifesto coletivo — *Somos Todas Bravas* — que viria a transformar-se em vídeo e a tornar-se a base da criação artística posterior. Com a retoma dos ensaios presenciais, construiu-se um percurso sonoro e performativo que integrou os diferentes grupos e territórios envolvidos, apresentado publicamente em 2021 (Fig. 3).

O intenso trabalho do Enxoval desenvolvido ao longo dos anos, com os diferentes grupos e territórios envolvidos, deu origem a vários produtos artísticos marcados por uma forte expressividade estética e política. Estes formatos — fanzines, *soundwalks*, ações performativas e instalações — revelaram uma ampla capacidade de disseminação e visibilidade e um potencial estratégico a nível de parcerias tanto a nível local, como a nível institucional e/ou nacional. Esta experiência despertou na PELE o desejo de expandir e experimentar a



Figura 4. Laboratório Local Porto – TransFemina. Fotografia de Carolina Ribeiro.

proposta do Enxoval noutros contextos e realidades, ampliando redes, explorando outras geografias e metodologias e mapeando coletivos que partilham os mesmos questionamentos e práticas. Durante a pandemia, essa procura por aliadas nacionais e internacionais culminou no encontro com as futuras parceiras do projeto TransFemina, nascido do desejo de continuar a coser ideias, territórios, afetos e ações em torno da invisibilidade das narrativas feministas no espaço público.

A partir do seu posicionamento geográfico e cultural, o projeto TransFemina afirma a importância urgente de uma perspetiva interseccional e feminista na imaginação e (re)construção das cidades. TransFemina propõe espaços de reflexão coletiva e a co-criação de intervenções artísticas sobre a invisibilidade das narrativas feministas no património cultural e nas cidades de Porto, Barcelona e Modena, tendo por base o questionamento: **“Quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?”**

A partir das histórias, vivências e desejos de mulheres e pessoas com identidades não normativas que habitam cada cidade, as intervenções artísticas e percursos sonoros refletem e exploram os mapeamentos dos percursos quotidianos, as percepções dos lugares e as camadas subjetivas que compõem a relação das participantes com o

espaço público. Através de caminhadas exploratórias provoca-se a escuta atenta dos sentidos e dos corpos.

No caso do Porto, o processo iniciou-se com o mapeamento dos “Caminhos Diários”, articulando dimensões reais, emocionais e imaginárias da experiência urbana. Procurou-se captar não apenas o que se vemos, ouvimos e sentimos no espaço público, mas também as ausências — aquilo que permanece invisível, inaudível ou inerte na vivência quotidiana da cidade. A partir de questões como “Como se transforma a perceção do espaço entre o dia e a noite?”, “O que carrego comigo ao caminhar?”, ou “O que me chama a atenção e o que falta?”, as participantes foram convidadas a refletir sobre a sua relação física e afetiva com o território.

Estas perguntas orientaram um percurso de investigação e co-criação que desafiou os modos habituais de (não) ocupação do espaço público. As sessões tornaram-se laboratórios de experimentação de técnicas de cuidado, movimento, som, escrita criativa e improvisação. A vulnerabilidade e a empatia emergiram como forças poéticas e transformadoras, capazes de gerar outras narrativas e imaginários urbanos. O processo tem contribuído, assim, para a construção de formas alternativas de habitar, resistir e desejar o espaço público do Porto em comum (Fig. 4.).

Assim, tal como reflete esta breve narrativa, TransFemina: Paisagens Interseccionais surge e é desenvolvido como continuação e expansão dos percursos iniciados com as Auroras do Bairro do Lagarteiro e os novos Enxovais, unindo-as à ação militante das companheiras Punt-6, de Barcelona, com a poética sensível do coletivo Amigdala no espaço público de Modena. Três coletivos feministas, seis mulheres¹⁰, que nunca se tinham encontrado presencialmente, construíram juntas um projeto transnacional e interseccional, um manifesto cúmplice de desejo(s) e desobediência(s) partilhada(s).

Referências

- Diniz, D., & Gebara, I. (2022). *Esperança feminista*. Rosa dos Tempos.
- Hooks, b. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- Lapa, I., Schröder, J., & Mota, M. J. (2023). Enxoval: um manifesto poético e político. In *Arte, reinvenção e futuros – Práticas artísticas na comunidade PARTIS 2019–2022*. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2023/01/Partis22-web-pt-2023-02-09.pdf>
- Ogien, A. (2018). Uma concepção expandida de periferia. *Revista Periferias*, 2(2). <https://revistaperiferias.org/materia/uma-concepcao-expandida-de-periferia>
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. N-1 Edições.
- Rosa, L., & Mota, M. J. (2023, Janeiro, 26-28). *O papel desempenhado pelas práticas artísticas em territórios periféricos* [Comunicação oral]. 6.º Encontro da Associação Portuguesa de Economia Política, UTAD – Vila Real, Portugal.
- Taibo, C. (2023, Outubro). *Colapso* [Simpósio]. #Satélite do Projeto Azevedo da PELE, Porto, Portugal.

Maria João Mota: Pós-graduada em “Direitos Humanos e Democracia”, “Teatro de Intervenção em Contextos Sociais” e “Avaliação de Políticas Públicas”. Desenvolveu um percurso profissional nas artes performativas (Buenos Aires). Cofundadora da PELE – Associação Social e Cultural. Especialista nas áreas da participação, mediação, democratização e democracia cultural, colaborando como

facilitadora de processos de reflexão, discussão e ação coletiva.

Email: mariajoaofmota@gmail.com

Sara Jorge: Licenciada em Design de Comunicação (FBAUL), colaborou com agentes culturais para identidades visuais, design editorial e comunicação para a área da cultura. Pós-graduada em Gestão das Indústrias Criativas (UCP), com um curso de Planeamento e Produção de Eventos Culturais. Com experiência na gestão de projetos e comunicação, co-coordena e gere projetos em contextos colaborativos e transdisciplinares na PELE – Associação Social e Cultural.

Email: sarajorge.pele@gmail.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.

Aprovado para publicação a 6 de novembro de 2025.

O projeto TransFemina – Paisagens Interseccionais é co-financiado pelo programa Europa Criativa – União Europeia (nº projeto 101131089).

10 PELE: Maria João Mota e Sara Jorge / Punt6: Roser Casanovas e Sara Ortiz Escalante / Amigdala: Federica Rocchi e Silva Tagliazucchi



CORPOS EM TRÂNSITO NO ESPAÇO PÚBLICO – TERRITÓRIOS DE (NÃO) OCUPAÇÃO

Vanessa Marcos
TREE e ATES/UCP

Resumo

O espaço público urbano percebido como um “território” de possibilidades (Sarr, 2022), convida-nos a compreender as suas dinâmicas, tensões, contradições, num exercício de tomada de consciência crítica de narrativas silenciadas e de corpos ausentes e marginalizados, reforçados por políticas urbanas produtoras de segregação socio-espacial. São corpos que carregam histórias e “cargas”, que vivem em trânsito, marcados por sistemas de dominação e de opressão, imprescindíveis à estruturação e preservação da sociedade patriarcal, racista e capitalista (Vergès, 2023). Importa, por isso, questionar quem *habita* o espaço público e “[p]olitizar os corpos como territórios a serem defendidos” (Nobre & Moreno, 2020, p.48). O espaço público constitui, deste modo e inequivocamente, um território de disputa, relativamente a quem o ocupa, como é ocupado e em que horários. O Laboratório Local do Porto procurou mapear ausências e invisibilidades no espaço público, e explorar a sua ocupação, numa prática contínua de resistência – poética, afetiva e política – e de imaginar, em coletivo, possibilidades de mudança. A observação de oficinas, intervenções artísticas e de processos de (des)construção colaborativa, e o registo cuidadoso das mesmas, foram mobilizados na recolha de vivências para compreender as suas implicações na (não) ocupação do espaço público.

Palavras-chave: Espaço público; Cartografias; Corporeidades; Ocupação; Porto.

BODIES IN TRANSIT IN PUBLIC SPACE – TERRITORIES OF (NON) OCCUPATION

Vanessa Marcos
TREE e ATES/UCP

Abstract

Urban public space, perceived as a “territory” of possibilities (Sarr, 2022), calls us to understand its dynamics, tensions, and contradictions, in an exercise of critical awareness of silenced narratives and absent and marginalized bodies, reinforced by urban policies that produce socio-spatial segregation. These are bodies that carry stories and “burdens”, that live in transit, marked by systems of domination and oppression, essential to the structuring and preservation of patriarchal, racist, and capitalist society (Vergès, 2023). It is therefore important to question who inhabits public space and to “[p]oliticize bodies as territories to be defended” (Nobre & Moreno, 2020, p.48). Public space thus constitutes, unequivocally, a territory of dispute, in relation to who occupies it, how it is occupied, and at what times. The Porto Local Laboratory sought to map absences and invisibilities in public space and to explore its occupation, through an ongoing practice of resistance – poetic, affective, and political – and to collectively imagine possibilities for change. Observation of workshops, artistic interventions, and collaborative (de)construction processes, and their careful recording, were used to gather experiences to understand their implications for the (non)occupation of public space.

Keywords: Public space; Cartographies; Corporealities; Occupation; Porto.

Quem *habita* os espaços públicos?

As cidades são espaços de fluxos, de circulação, de imaginários e de possibilidades. São organismos vivos que reagem a estímulos contínuos e que apresentam um metabolismo acelerado, intenso, complexo e em constante mudança. As cidades são, também, habitadas por corpos em movimento que carregam histórias, memórias e “cargas” (visíveis e invisíveis) pelas ruas, avenidas, jardins, praças e meios de transporte, bem como por representações simbólicas e materiais – arquitetónicas, escultóricas, de toponímia – de visões do mundo, permeáveis a influências histórico-culturais e a dinâmicas socioeconómicas e políticas.

O espaço público da cidade do Porto revela uma toponímia patriarcal, considerando o nome, a largura e o comprimento das ruas e a sua localização física e “social” (mais ou menos escondida, mais ou menos periférica), assente em posicionamentos político-ideológicos que produzem hierarquias, excluindo e invisibilizando corpos nas suas múltiplas identidades. As representações simbólicas e materiais no espaço público são apresentadas frequentemente como símbolos de expressão cultural, como tributo e glorificação de pessoas e acontecimentos históricos. Contudo, também negam existências (e narrativas de resistência) e invisibilizam corpos, considerados dissidentes, e as suas interseções, num legado de perpetuação de categorias de opressão e de reprodução de lógicas, políticas e práticas de dominação.

A este respeito, os elementos visuais e a iconografia que muitas vezes vestem/despem edifícios e estátuas (representações e projeções de figuras reais, mitológicas ou alegóricas), baseadas na normatividade e erotização de corpos de mulheres¹¹, bem como as mensagens rabiscadas de forma crua em muros e fachadas, ou em cartazes mais ou menos elaborados, revelam representações de imaginários, valores e crenças sexistas, contam

histórias de ausências e de silenciamentos, objetificam corpos, reforçam estereótipos, com múltiplos significados. A desapropriação do poder das mulheres nos espaços públicos resulta de sistemas de dominação, fortalecidos, entre outros fatores, por políticas urbanas produtoras de segregação socio-espacial.

Inspirando-nos na problematização de Felwine Sarr (2022) em torno da cidade como um “território” de possibilidades e em que as “dinâmicas inerentes à cidade estão intimamente ligadas à visão de mundo de quem não só nela viva, mas nela *habita*” (Sarr, 2022, p.130), importa reconhecer as diferentes pessoas que somos – as diversas identidades que vivem em nós e que *habitam* a cidade, rejeitando configurações rígidas e estáticas. Este exercício interpela-nos a compreender as atividades, processos, movimentos, tensões, contradições e (re)configurações da cidade, desde uma tomada de consciência crítica sobre como e de onde partimos para observar e representar os “territórios” que *habitamos* e que nos *habitam*.

A (re)configuração do espaço público urbano convoca-nos, assim, a mapear e a compreender territórios de (não) ocupação, sustentados em sistemas de dominação e de opressão. Que corpos ocupam o espaço público urbano? Que corpos estão ausentes? O espaço público constitui, deste modo e inequivocamente, um território de disputa, relativamente a quem o ocupa, como e em que horários. Esta disputa relaciona-se com a manutenção do *status quo*, que nega e desumaniza o Outro e “mercantiliza a diferença” (hooks, 2019, p.79) transformando-a em mercadoria. Com efeito, a exploração da natureza e do trabalho invisível, precário e desvalorizado de uma humanidade oprimida são imprescindíveis à estruturação e preservação da sociedade patriarcal, racista e capitalista (Vergès, 2023). As lógicas de exploração e desapropriação de territórios e de corpos que os *habitam* convocam-nos, por isso, a “recuperar as memórias que marcam os corpos, individual e coletivamente, ouvir suas histórias, reaprender a ouvir o corpo” (Nobre & Moreno, 2020, p.48).

Neste contexto, lembramos as vivências e as lutas das feministas comunitárias desde a abordagem

11 Para um aprofundamento, consultar o artigo de Teresa Lima (2024). “Corpos erotizados nas esculturas do Porto – Um olhar feminino”, disponível em: <https://www.passeio.pt/galeria/corpos-erotizados-nas-esculturas-do-porto-um-olhar-feminino/>.

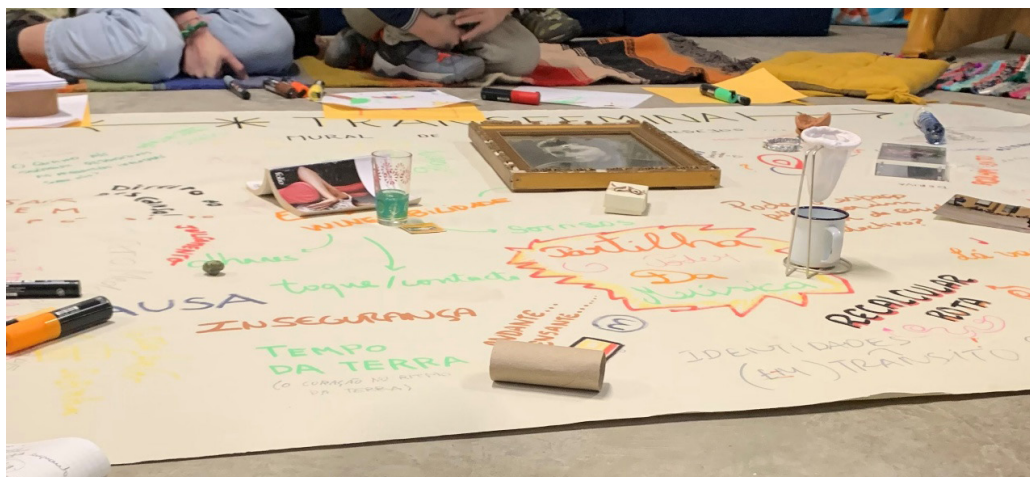


Figura 1. Identidades que habitaram o LLP: territórios de existência e resistência. Fonte: Cartografia elaborada na 7ª sessão do LLP (7 de dezembro de 2024).

*territorio cuerpo-tierra*¹² (“território corpo-terra” ou “corpo-território”) como ato político e epistemologia contra-hegemônica para reivindicar, defender e resgatar, quotidianamente, o corpo como um território – de existência e de resistência à exploração capitalista e patriarcal, com poder de reapropriação, porque:

Assumir a corporeidade individual como um território próprio e irrepetível permite-nos fortalecer o sentido de afirmação da nossa existência e presença no mundo. Assim, emerge a autoconsciência, que reflete gradualmente a forma como este corpo viveu a sua história pessoal, particular e temporal, bem como as diferentes manifestações e expressões dos patriarcados e todas as opressões deles derivadas (Cabnal, 2010, p.22, tradução livre).

Resistir a representações e políticas de dominação no espaço público, envolve acolher, problematizar e compreender posicionamentos e vivências, desde territórios de confronto de “lentes” e das suas “localizações sociais”, em torno dos lugares ocupados e não ocupados, das suas dinâmicas e implicações. As invisibilidades no espaço público implicam-nos, direta e ativamente, em reconhecer o entrelaçamento de lutas e de sistemas de opressão – e não o somatório dos mesmos – num exercício que rejeita universalismos. É neste enquadramento que o projeto “TransFemina: Intersectional Landscapes”¹³ assume pertinência. Entre setembro

de 2024 e junho de 2025, sob a premissa “Quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?”, o TransFemina procurou criar espaços de reflexão, discussão e ação coletiva sobre a invisibilidade das narrativas feministas no património cultural e as desigualdades nos espaços públicos de três cidades sul-europeias: Porto, Barcelona e Modena. Este artigo foi elaborado no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Laboratório Local do Porto (LLP).

Laboratório Local do Porto – Cartografias poéticas, afetivas e políticas para uma reapropriação do espaço público

Focando o nosso “olhar” sobre a cidade do Porto e com a proposta de observar, escutar e sentir o espaço público urbano, o LLP revelou caminhos de desconstrução, de criação e de aprendizagem contínuas, reforçados pelo seu formato aberto, em termos de estrutura de facilitação e de composição. Com efeito, o encontro quinzenal do LLP abraçou a rotatividade dos elementos que foram *habitando* o lugar de grupo, tendo envolvido ativamente 12 pessoas: mulheres entre os 28 e os 79 anos de idade, de diferentes nacionalidades e com origens étnico-raciais diversas, residentes ou com atividade profissional no Porto. Considerando outras dimensões identitárias e reconhecendo as suas subjetividades individuais, as participantes do LLP foram convidadas a mapear ausências e invisibilidades nos seus percursos quotidianos pelo espaço público (Figura 1).

Que construções sociais definem a minha forma de estar, fazer e de ser? Que obediências questiono e que desobediências instigo? O posicionamento é fundamental para cultivarmos um conhecimento plural, situado desde “lugares” de escuta, de cuidado e de diálogos críticos com diferentes visões de mundo e geografias de saberes, por

12 O ‘*cuerpo-territorio*’ surge inicialmente de um slogan político «*¡Recuperación y defensa de nuestro territorio cuerpo-tierra!*» que relaciona intrinsecamente a violação histórica dos corpos das mulheres indígenas com as suas lutas contínuas pela defesa dos seus territórios contra a expropriação e a exploração extrativista e que se vai enformando numa proposta feminista comunitária de mulheres Xinka (Cabnal, 2010).

13 O projeto sustentou-se numa colaboração entre três coletivos feministas: PELE – Associação Social e Cultural (Portugal), Collettivo Amigdala (Itália) e Col·lectiu Punt 6 (Espanha) e foi financiado pelo programa Europa Criativa. Para informação adicional, consultar: <https://www.transfemina.org/pt/>.

oposição a um conhecimento homogêneo, dominante e extrativista, e à forma institucionalizada de o produzir.

Ao longo de nove meses, as habitantes do LLP mergulharam na experimentação de processos criativos, por vezes improvisados, de recolha de códigos e de vivências na sua relação e possível interação com o espaço público – elementos presentes e ausentes, representações dominantes e de disrupção, dinâmicas e funcionalidades, lugares de encontro, de descanso, de insegurança e de resistência. Os exercícios de movimento e de respiração, o som, a poesia e a performance foram mobilizados na recolha e ativação de memórias, de “sentires” e de sociabilidades envolvidas na não ocupação quotidiana da cidade, acolhendo desconfortos emocionais e sensoriais e reações corporais. Esta ativação sustentou-se, também, num conjunto de perguntas “gatilho”, quer para alimentar um registo aberto sobre o que observavam, ouviam e sentiam nos seus caminhos diários, quer para explorar o ato de caminhar – de dia e à noite – enquanto movimento individual e acompanhado, assumindo ritmos diferentes, numa escuta atenta das “cargas” que carregam e dos lugares, no corpo, onde as carregam:

- *O que vejo nos meus caminhos diários pela cidade? Que sons habitam esses caminhos?*
- *Que lugares são de passagem e de paragem?*
- *Que trajetos são de diversão? Que trajetos são dolorosos e solitários?*
- *Que lugares associo a refúgio? Que lugares associo a insegurança?*
- *Como caracterizo o meu caminhar?*
- *Que corpos observo na cidade? Em que horários?*
- *Quem está ausente do espaço público?*
- *Quem cuida dos espaços públicos?*
- *Onde estão os espaços de descanso das mulheres?*
- *Que elementos são dominantes na cidade?*
- *Que possibilidades de mudança imagino? Como posso ser e fazer parte dessa mudança?*

O desafio de “olhar” e “sentir” a cidade nos caminhar diários constituiu, deste modo, um

pretexto, intencionalmente assumido, de ação política, sustentada na exploração de movimentos com o corpo – soltar o corpo, cuidar (d)a respiração, brincar com a velocidade e com a amplitude de movimentos, comunicar com sonoridades viscerais. A experimentação, a partir de estímulos sensoriais, assumiu-se como um processo de inquietação, de expectativas, de libertação, de entusiasmo e de (auto)cuidado, pelo despertar de sensibilidades e vontades, pela partilha de violências e das suas marcas (físicas e emocionais), pela revisitação de memórias e (re)criação de relação com o corpo, bem como pelo confronto e pelo potencial de rutura com movimentos e comportamentos internalizados na vivência do espaço público.

O LLP constituiu, assim, um lugar-tempo de presença, de canalização de emoções e de reconhecimento de sistemas opressivos e, nessa esteira, de interpelação a decidirmos como queremos participar no espaço público urbano, enquanto posicionamento político. Tratou-se, portanto, de um convite à problematização do sentido político de participação, desde o “lugar” ocupado – e não ocupado – e consistiu, por isso, num exercício individual e coletivo de mapeamento, quer de invisibilidades com implicações diretas no dia-a-dia, quer de vontades de transgressão, sob a reivindicação do “direito à cidade” e como um manifesto à transformação de imaginários, territórios e narrativas de exploração e dominação.

Neste sentido, a observação participante em alguns momentos e não participante noutros e transposta num diário de campo, desenhou-se a par do movimento seguido pelo corpo coletivo, cujas histórias e vivências partilhadas convidaram a escutar e a sentir as mensagens inscritas em territórios emocionais e simbólicos, numa compreensão da sua relação com o espaço público e numa poética de resistência e de cuidado:

*a batida
de aprender a soltar
o corpo,
movimentar tecidos
experimentar velocidades
cuidar o toque e
as vulnerabilidades.*



Figura 2. Mapas individuais. Fonte: Mosaico de Mapas individuais elaborados entre outubro e dezembro de 2024.

*afiar as garras e
rasgar as amarras do corpo social
soltar o meu animal,
numa batida de libertação pessoal.
ontem e hoje
corpos como mapas
cartografias vivas e sentidas, de violências
caminhos e trajetos, de resistências
identidades que gritam e
agitam
os espaços que habitamos e
nos habitam¹⁴*

Considerando que “[o] mapa não é uma cópia fiel da realidade, mas apenas *uma representação* dela, uma simplificação com diversos fins” (Moreano & Arrazola, 2023, p.255), possibilita identificar e reconhecer “lugares” ocupados – e não ocupados – e as dinâmicas opressivas subjacentes, sustentados em modelos de comportamento institucionalizados e definidos por lógicas e estruturas de exploração de territórios e de corpos em territórios. Importa, por isso, “[p]olitizar os corpos como territórios a serem defendidos” (Nobre & Moreno, 2020, p.48). Embora os mapas não revelem as nuances, as subjetividades, os fluxos, as texturas nem os cheiros das violências e das opressões, constituem “ferramentas muito potentes de comunicação e de construção contra-hegemónica” (Moreano & Arrazola, 2023, p.250).

Sob estas premissas, as habitantes do LLP construíram o seu mapa individual (Figura 2), num movimento consciente de exploração das suas vivências no espaço público, desde territórios de confronto das “lentes” e das respetivas “localizações sociais” que as *habitam*. Este exercício consistiu numa prática de questionamento dos modos

de participar, com potencial para ressignificar códigos e para imaginar e construir uma transformação estrutural da cidade. Nesta linha de ação, que linguagens e materiais queremos mobilizar para enfrentar comportamentos mimetizados no espaço público?

O registo dos mapas individuais, sustentados nos caminhares diários das participantes, apresentou rotinas e deslocações cansativas, jornadas de trabalho compridas e intensas (com a consequente “sensação de estar a viver pouco”), assobios e piropos machistas, olhares e comportamentos incomodativos (e.g. cuspir para o chão), atitudes de *manspreading*¹⁵, ruas sem afetos, bem como a ausência de autonomia corporal nos trajetos noturnos (traduzida em caminhares apressados, tensos e de alerta, frequentemente em silêncio, sem música ou com o volume baixo nos auscultadores, numa tentativa de camuflagem no espaço). As suas “lentes” vividas revelaram, também, uma presença esmagadora de homens no espaço público, ocupando-o a jogar futebol ou cartas, a ler o jornal, sentados nos bancos dos jardins ou parados nos passeios, o que contrasta com o espaço público de passagem *habitado* pelas mulheres. A presença de mulheres nas paragens de autocarro, às primeiras horas do dia, a realizar trabalhos de limpeza, a levar as crianças à escola e a carregar sacos pelas ruas evidenciam, na voz de uma participante, que “*as mulheres passam na rua enquanto os homens habitam a rua*” – São, assim, corpos em trânsito, apressados e cansados que atravessam e cruzam o espaço público urbano.

O mapeamento dos “caminhos diários”, desde territórios de (in)visibilidades, de vulnerabilidade, de (auto)cuidado, de disrupção e de imaginação,

14 Poema elaborado pela autora, a partir da observação participante e não participante das sessões do LLP.

15 Prática de homens se sentarem em lugares públicos com as pernas excessivamente abertas, sobretudo em transportes públicos, ocupando mais espaço do que o necessário.

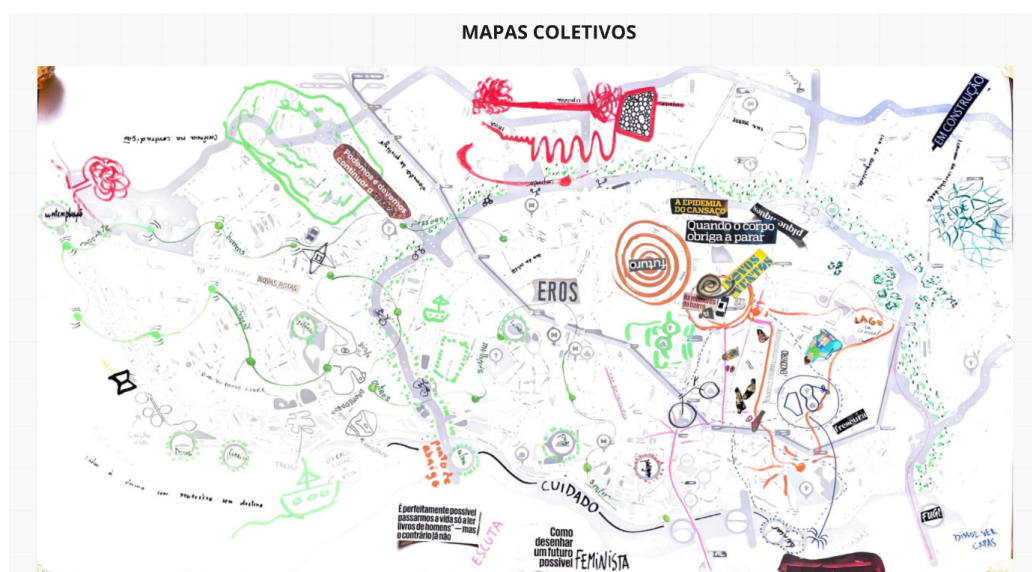


Figura 3. Mapa coletivo de resistência e de mudanças no espaço público
Fonte: Mapa coletivo elaborado entre outubro e dezembro de 2024.

relativamente a quem somos e ao que observamos, ouvimos, sentimos e desejamos no espaço público, envolveu um processo de compreensão das dinâmicas socioeconómicas, culturais e simbólicas de quem habita a cidade. Deste modo, o mapeamento e a respetiva partilha em coletivo, além de procurarem revelar silenciamentos inscritos nos corpos, reconhecerem quem está ausente do espaço público e identificarem elementos dominantes na paisagem da cidade, também convocaram à resignificação de mensagens e de vivências, e à reapropriação de símbolos e de lugares no espaço público:

*à noite
entre o público e o privado
o medo como forma de controle
vamos, num movimento ondulado
provocar o corpo do outro
dançar em espirais
assumir fragilidades e
desmascarar rituais
riscar mensagens machistas
resignificar fachadas e
(re)criar paragens feministas¹⁶*

A construção colaborativa do mapa coletivo revelou desconfortos e irritações com os significados de opressão subjacentes aos corpos-identidades em trânsito, com as representações, publicidade e imagens sexistas no espaço público e com as atitudes e os comportamentos machistas que criam um contexto de intimidação, medo e insegurança, sobretudo nos caminhares noturnos. Foram, igualmente, mapeadas carências em termos de

infraestruturas no espaço público, designadamente a fraca iluminação de ruas, a ausência de casas de banho e de lugares seguros de descanso.

As oficinas de exploração sensorial focadas na ativação de sentidos e de experimentação de movimentos (com maior ou menor amplitude, com tempos lentos e com paragens) desafiaram a conexão com diversos territórios – pessoais, inter-pessoais, contextuais – procurando instigar uma escuta atenta das sensações e das reflexões nos caminhos diários pelo espaço público. O acolhimento de movimentos a diferentes velocidades, dos silêncios, das inquietações, bem como a redefinição de códigos mobilizando o corpo, a partir de símbolos inscritos na cartografia coletiva, ativaram novos significados e posicionamentos, numa prática de resistência – poética e política – em contínuo e de imaginar, em coletivo, possibilidades de mudança e novas formas de *habitar* o espaço público (Figura 3).

Esta cartografia de vivências e de possibilidades de mudança desenhada pelo grupo foi, também, sendo alimentada pela vontade de ocupar o espaço público, nomeadamente à noite, sem medo e sem pressa nos trajetos, permitindo-se *estar* – transgredindo, assim, papéis estereotipados de género e resignificando o espaço público como um território de vulnerabilidades. Estas ações traduziram-se num tempo de experimentação da presença no espaço público e foram, também, um contexto para acolher singularidades e (re)definir o lugar do coletivo, possibilitando uma reflexão crítica sobre o processo da caminhada.

Com efeito, a ocupação do espaço público, pelas habitantes do LLP, enquanto ato simbólico de resistência, envolveu: i) a visibilização da presença – numa dialética observar a cidade e ser vista/romper com a invisibilidade; ii) a criação de uma sinalética comum através do corpo e de

16 Poema elaborado pela autora, a partir da observação participante e não participante das sessões do LLP.



Figura 4. Exploração inicial dos *Bichos-Criaturas*
Fonte: Sessão realizada no dia 5 de dezembro de 2024.



Figura 5. As “cargas” das habitantes do LLP
Fotografia: Carolina Ribeiro. Percurso sonoro “A Cidade Invisível – Cartografia(s) dos Caminhos Diários” (29 de junho de 2025).

imagens performativas, em coletivo, de ressignificação de iconografias e de mensagens sexistas; iii) a renomeação de ruas; iv) o reconhecimento das “cargas” individuais, e v) práticas de descanso individual e coletivo, bem como de escuta ativa na caminhada, com potencial para inscrever uma cartografia afetiva no espaço público.

O processo de ocupação do espaço público englobou, deste modo, uma vivência consciente dos caminhares diários e diálogos em torno das

identidades e das “máscaras” que vestimos e que nos *habitam*. O grupo foi, assim, desafiado a explorar as suas “máscaras”, representadas em *bichos-criaturas* (Figura 4), a partir de um conjunto de perguntas “gatilho”:

- *Quem é o teu bicho-criatura?*
- *Que emoções esconde?*
- *Como é o seu corpo? Como se move? Como comunica?*
- *Como se relaciona com os outros bichos?*

Das partilhas efetuadas, emergiram referências à dificuldade em observarem-se como *bicho*, a não saberem quem é o seu *bicho*, sentindo-o como uma criatura em metamorfose, mas com uma vontade de simplicidade para lidar com a complexidade do mundo. Algumas participantes referiram, também, que a proposta constituiu um contexto de exploração reconfortante, de proteção e de segurança, uma representação que, simultaneamente, esconde e revela, possibilitando uma “descarga” emocional.

Partindo da premissa de que somos *bichos*, a exploração do *bicho-criatura* constituiu um exercício de desobediência poética e política, sustentado num convite: i) ao reconhecimento individual dos diversos bichos que somos e que nos *habitam*, assumindo a sua impermanência e rejeitando identidades fixas, e ii) à reivindicação de outras possíveis configurações e interações com o espaço público, deslocando o *corpo-bicho* de categorias socialmente construídas e dominantes, bem como da lógica produtivista de viver a cidade, para imaginarmos territórios de encontro e de (re)criação de comunidade, *habitando* o múltiplo, o imprevisível, o espontâneo e o relacional. Do processo criativo de ativação de corpos, das suas memórias, sentires e imaginários, num movimento de experimentação de possibilidades (d)e desobediências, resultou a exposição fotográfica da autoria de Paulo Pimenta, inaugurada no dia 29 de junho de 2025, na Estação de Campanhã e Terminal Intermodal.

A exploração inicial dos *bichos-criaturas* possibilitou o reconhecimento das “cargas” (Figura 5) que as habitantes do LLP carregam, referentes a



Figura 6. Os *Bichos-Criaturas*

Fotografia: Carolina Ribeiro. Percurso sonoro “A Cidade Invisível – Cartografia(s) dos Caminhos Diários” (29 de junho de 2025).

assédios, machismo, racismo, xenofobia, homofobia, gordofobia, violência doméstica, falta de habitação, precarização laboral, bem como construções e pressões sociais relacionadas com a maternidade, sexualidade, estética, idade e medos associados ao envelhecimento da mulher, angústias relativamente ao sustento, à doença, à solidão, ao futuro, entre outras.

O mergulho no lugar-tempo de experimentação, em diálogo cru, aberto e afetivo com os nossos *bichos-criaturas* (Figura 6) e na vivência dos caminhares diários pelo espaço público, constituiu, assim, uma provocação a (re)pensarmos as “máscaras” que vestimos e que estão presentes na forma como nos observamos e representamos, como observamos e representamos o Outro, e como *habitamos* o espaço público urbano. A partir do trabalho com o corpo, também na experimentação de sons viscerais e vocais no exercício de *performar os bichos-criaturas* – o mapa individual – emergiram sensações quer de desconforto, cansaço, angústia e ansiedade, quer de intimidade, bem-estar e de conexão entre histórias, acreditando que as “[h]istórias também nos ajudam a cicatrizar” (hooks, 2021, p.93).

É na esteira destas palavras que o LLP possibilitou a nutrição espontânea de laços de cuidado, politizando “corpos-territórios” e procurando construir,

em coletivo, um corpo plural de *bichos-criaturas*, que rompe com a normatividade de corpos e com padrões de representação no espaço público. Neste exercício performativo, resultante do processo criativo ativado no LLP, a ocupação do espaço público pode, assim, ser um ato político de resistência identitária, numa i) reivindicação ao “direito à cidade”, em termos de acessibilidades; ii) problematização de identidades socialmente construídas, apoiada no reconhecimento e visibilização de corpos ausentes, no resgate de narrativas silenciadas e em práticas de ressignificação, e iii) reapropriação e celebração coletiva do espaço público, a partir de “identidades rizomas” que vivem e se constroem no encontro com outras identidades, em vez de “identidades-raiz” que se impõem, silenciam, devastam e excluem (Glissant, 2005, p.37).

Do processo criativo ativado pelo LLP Porto resultou a performance-percurso sonoro “A Cidade Invisível – Cartografia(s) dos Caminhos Diários”, que reúne “cargas”, histórias e vivências do grupo, numa convocatória a reposicionarmos e a recriarmos os lugares *do* e *no* coletivo, reivindicando um espaço político de cuidado, defendendo o corpo como um território (Cabnal, 2010), com direito a ser nas suas múltiplas identidades, que se transformam na interação com o tempo e com as mundivivências que vamos *habitando*.

Notas finais

Desde os lugares de partida do LLP e dos corpos que o *habitaram* ao longo de nove meses, a experimentação – facilitada e vivida – assumiu-se como um processo inesperado de resistência em coletivo. Por um lado, o formato de participação aberta dos laboratórios, associado a indisponibilidades a cada semana, conduziu à gestão de imprevistos, de expectativas, de desconfortos e de frustrações, bem como à criação de contextos espontâneos de encorajamento, de motivação e de diversão em conjunto, potenciando um processo de aprendizagem interpessoal. Por outro, o encontro com cada mulher, na sua singularidade, envolveu um caminho de (auto)descoberta na interação, de negociação para uma tomada de

decisão coletiva e de criação de laços de afeto, assumidos como atos políticos, com potencial de continuidade e de construção de um sentido de pertença.

Este diálogo convocou-nos a problematizar o sentido político da participação, situada em “lugares” de ocupação e de não ocupação e, no processo, a revisitar e a repensar territórios pessoais, sociais e simbólicos em torno da invisibilidade de narrativas feministas no património cultural (material e imaterial) e das desigualdades no espaço público da cidade do Porto. Nesta convocatória, emergiram cartografias poéticas, afetivas e políticas como ferramentas de comunicação (Moreano & Arrazola, 2023), como processos de autodescoberta e de descoberta em coletivo, como um manifesto de práticas de cuidado no espaço público, numa reivindicação à redefinição de poder(es).

No global, o LLP assumiu uma componente reflexiva e, simultaneamente, revelou-se um ensaio de experimentações de outros imaginários e “[n]esse caminho, está o desafio de [...] reconstruir relações e comunidades em que caibam todos os corpos, respeitados na sua diversidade, singularidade e interdependência, cuidados em sua vulnerabilidade, que é a condição humana” (Nobre & Moreno, 2020, p.46). O LLP contribuiu, assim, para o surgimento de dinâmicas previstas, nomeadamente a criação de tempos de exploração sensorial (com recurso também a processos de escrita criativa e a estímulos sonoros) e de ocupação (física e afetiva) de espaços públicos, instigando novas formas de participação, com potencial de expressão política e de resignificação de vivências quotidianas. Neste processo, procurou-se reivindicar o espaço público como um território de cuidado coletivo.

A problematização de posicionamentos, a experimentação de linguagens artísticas e a (des)construção criativa e colaborativa de práticas afetivas e políticas permitiram repensar a ocupação – e a não ocupação – dos espaços públicos urbanos, desde os seus *bichos-criaturas* e das “cargas” que as habitantes do LLP carregam nos seus caminhos quotidianos. Nestes territórios de consciência e de resistência, como garantimos a participação na tomada de decisão de quem não ocupa esses espaços? Sendo o LLP um “território” em

metamorfose, apresenta potencial para fortalecer as conexões criadas, para ser ativado na interação com mais corpos – na diversidade de ser *bicho-criatura*, e para continuar a desenhar, com pausas e em transgressão, formas plurais e inclusivas de *habitar* a cidade.

Referências

- Cabnal, L. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In ACSUR-Las Segovias (Org.), *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* (pp. 10–25). ACSUR-Las Segovias.
- Glissant, E. (2005). *Introdução a uma poética da diversidade*. UFJF.
- Hooks, b. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- Hooks, b. (2021). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Elefante.
- Moreano, M., & Arrazola, I. (2023). O mapa como guia: O mapeamento das violências feminicidas e o devir feminista. In D. Hernández & M. Jiménez (Eds.), *Corpos, territórios e feminismos* (pp. 249–261). Elefante.
- Nobre, M., & Moreno, R. (2020). Natureza, trabalho e corpo: Percursos feministas e pistas para a ação. In A. Isla, M. Nobre, R. Moreno, S. S. Iyusuka & Y. Herrero (Orgs.), *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios* (pp. 33–51). SOF Sempre Viva Organização Feminista.
- Sarr, F. (2022). *Afrotopia*. Antígona.
- Vergès, F. (2023). *Um feminismo decolonial*. Orfeu Negro.

Vanessa Marcos: Facilita processos de aprendizagem (Participação comunitária e política, Género, Ecofeminismo, Deficiência, construindo colaborativamente recursos educativos (TREE). Envolvimento em projetos de Cooperação Internacional (CID), Direitos Humanos (DH) e Educação para a Cidadania Global. Docente em Pós-Graduações em CID e DH (ATES/UCP). Doutorada em Sociologia, com mestrado em Desenvolvimento e Relações Internacionais.
vmarcos@treecollectivechange.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7998-8741>.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.

Aprovado para publicação a 5 de dezembro de 2025.



PUBLIC SPACES, SHARED STRUGGLES: HOW GENDER SHAPES THE URBAN EXPERIENCE

Florencia Andreola
Sex & the City
Silvia Tagliazucchi
Federica Rocchi
Collettivo Amigdala

Abstract

Public spaces are often designed to be neutral and inclusive, yet they frequently fail to accommodate the diverse experiences of the people who use them. Women, and gender minorities face unique challenges in navigating urban environments, from safety concerns to the lack of amenities that consider their specific needs. The article explores the profound ways in which gender influences how individuals perceive, interact with, and move through urban landscapes. This paper highlights the often-overlooked link between urban design and gender equity. It reveals how public spaces – designed without considering lived experiences – can perpetuate fear, and restrict opportunities for participation in public life. Conversely, it examines how inclusive planning can create safer, more welcoming environments that empower all city dwellers.

The research also unpacks the systemic biases embedded in traditional urban planning practices, offering a roadmap for change through participatory processes and innovative interventions. By addressing questions like “Who feels safe walking home at night?” and “Whose needs are prioritized in public transit?”, it calls for a shift in how we approach urban design, placing gender equity at the forefront of planning. The aim is to inspire a collective reimagining of cities as spaces where everyone – not just a privileged few – can thrive.

Key-words: Gendered Urbanism; Embodied Geography; Spatial Justice.

ESPAÇOS PÚBLICOS, LUTAS COMPARTILHADAS: COMO O GÊNERO MOLDA A EXPERIÊNCIA URBANA

Florencia Andreola
Sex & the City
Silvia Tagliazucchi
Federica Rocchi
Collettivo Amigdala

Resumo

Os espaços públicos são muitas vezes concebidos para serem neutros e inclusivos, mas frequentemente não conseguem acomodar as diversas experiências das pessoas que os utilizam. As mulheres e as pessoas pertencentes a minorias de gênero enfrentam desafios únicos ao navegarem por ambientes urbanos, desde preocupações com a segurança até a falta de comodidades que considerem suas necessidades específicas. O artigo explora as formas profundas pelas quais o gênero influencia a maneira como os indivíduos percebem, interagem e se deslocam nas paisagens urbanas. Destaca a ligação frequentemente negligenciada entre o planejamento urbano e a igualdade de gênero, revelando como os espaços públicos – concebidos sem levar em conta as experiências vividas – podem perpetuar o medo e limitar a participação na vida pública. Por outro lado, examina como o planejamento cuidadoso e inclusivo pode favorecer ambientes mais seguros e acolhedores, dando poder a todos os habitantes da cidade.

A investigação também evidencia os preconceitos sistêmicos incorporados nas práticas tradicionais de planejamento urbano, propondo caminhos para a mudança por meio de processos participativos e intervenções inovadoras. Ao abordar questões como “Quem se sente seguro ao voltar para casa à noite?” e “Quais necessidades recebem prioridade nos transportes públicos?”, o artigo convoca uma mudança na forma de conceber o espaço urbano, colocando a equidade de gênero no centro do planejamento. O objetivo é inspirar uma reimaginação coletiva das cidades como espaços onde todos – e não apenas alguns privilegiados – possam prosperar.

Palavras-chave: Urbanismo Feminista; Geografia Corpórea; Justiça Espacial.

INTRODUCTION

Cities are spaces where bodies, practices, and relationships intersect, but the ways these spaces are designed and organized reflect long-standing power dynamics. Decisions about how urban environments are planned, which functions are prioritized, and whose needs are considered, are shaped by a historical and cultural context rooted in a male-dominated and normative perspective (Col·lectiu Punt 6, 2019; Kern, 2021).

What often passes as the ‘neutrality’ of public space is in fact built on a universalizing idea of citizenship and belonging – an idea that conceals the everyday inequalities experienced by those who inhabit the city. As Caroline Criado-Perez puts it:

“The assumption that what is male is universal is a direct consequence of the absence of gender-disaggregated data. Whiteness and masculinity are taken for granted for the simple reason that most other identities are never considered.” (2020, 34).

This so-called universality thus hides exclusions and implicit hierarchies, prioritizing the needs of some while sidelining the experiences of others. Women, girls, and LGBTQIA+ people face a range of material barriers – such as a lack of services, poor accessibility, or insufficient lighting – as well as symbolic ones – mostly fear of crime – , tied to how space is perceived and to the internalization of social roles that dictate who is allowed to move freely through certain places, and who is expected to stay away (Booth et al. 1996; Andreola & Muzzonigro 2024a).

This article examines how artistic-participatory methodologies can contribute to understanding and transforming gendered experiences of urban space. While feminist geography has demonstrated how spatial exclusion is produced at the intersection of norms, infrastructures, and everyday practices, less is known about how situated, creative, and collective processes generate actionable forms of knowledge for planning and policy. By analysing the *TransFemina* laboratory in Modena – developed by Collettivo Amigdala – this

article investigates how participants’ embodied experiences, emotions, and narratives can be mobilised as urban knowledge.

Accordingly, the article addresses three research questions: (1) How do participatory and artistic devices (workshops, collective mapping, performative walks) shape participants’ perceptions of safety, belonging, and legitimacy in public space? (2) What forms of empirical evidence emerge from the Modena laboratory, and how can these be translated into tools or indicators for gender-sensitive urban planning? (3) To what extent does this approach generate knowledge that differs from, complements, or contests conventional planning instruments?

Fear and vulnerability in public space

In this context, gender is not an individual trait, but an analytical lens through which we can understand how social and cultural norms shape urban experience. The production of urban space is deeply intertwined with the social construction of bodies and subjectivities – and this intersection gives rise to a particular experience of vulnerability (Crenshaw, 1991). It’s not just about concrete risks or objectively dangerous situations, but about an internalized sense of inadequacy and insecurity that shapes daily routines and life choices.

This internalization of fear and vulnerability translates into everyday strategies that limit the ability to fully inhabit urban space. Avoiding certain streets, staying in at night, dressing in ways perceived as ‘neutral’, or giving up experiences out of fear of harassment or violence – these acts of self-protection often reinforce the very sense of danger they aim to counter. At the same time, they feed into a narrative of urban space as inherently unwelcoming to those perceived as vulnerable.

Such practices end up producing an emotional geography of the city – a mental map made of safe zones and no-go areas – that doesn’t necessarily align with any objective assessment of risk, but instead reflects a culturally constructed idea of danger (Valentine, 1989).

Within this dynamic, the responsibility for safety is shifted onto individual behaviour, while the structural conditions that generate insecurity remain largely invisible and unchanged. The focus on personal precautions and individual actions obscures the systemic nature of the problem, redirecting the conversation toward blaming or holding accountable those who experience discrimination and violence – rather than questioning the spatial and social arrangements that produce such conditions. As one study notes: “Mothers’ and fathers’ fears limit children’s lives and impose rules and regulations upon them to keep them safe. It is impossible to estimate the psychological effect of this ‘hypervigilance’ on children. Girls especially are warned against sexual molestation, against talking to strangers” (Madriz, 1997, 55).

Fear, then, is not simply a subjective feeling: it functions as a tool of power, shaping how space is used and reinforcing existing social hierarchies. The attribution of fragility and vulnerability to certain bodies – particularly those that are female or non-conforming to gender norms – is not merely a perception, but a deeply embedded social construct, rooted in cultural and institutional models. Fragility is far from being a biological fact; it is produced through processes of exclusion and marginalization that strip individuals of the material and symbolic resources needed to inhabit space with comfort and legitimacy.

Care as a collective practice

In this context, care is not a private or individual act, but a collective practice and a “political paradigm” (Andreola & Muzzonigro, 2024b, 64). To speak of care is to acknowledge that cities are sustained by a dense web of relationships, mutual attentiveness, and both material and symbolic exchanges that make everyday life possible. Traditional urban planning has systematically overlooked this relational dimension, favouring a vision of the city as a space for production and consumption.

Yet without care, there can be no liveable urban space: care for relationships, for infrastructure, for shared resources is what makes dwelling possible.

The emergence of collective practices of care – such as women’s support networks, consciousness-raising groups, participatory and self-organized initiatives – demonstrates that alternative ways of inhabiting and moving through the city are not only imaginable, but already underway. These practices challenge the idea of fragmented, individualized responsibility and instead propose forms of collective agency that reposition those rendered vulnerable as active agents in urban transformation.

In this framework, consciousness-raising takes on a central role. It is not a purely introspective process, but rather a tool for collective analysis of the material and symbolic conditions that constrain action. By bringing to light and sharing everyday experiences, it becomes possible to deconstruct internalized narratives around vulnerability and guilt, and to cultivate new practices of presence in public space (Lonzi, 1978). Consciousness-raising thus becomes a process that bridges the personal and the political, revealing the connections between individual experience and broader systems of oppression (Boston Women’s Health Book Collective, 1977).

The creation of alliances and support networks is not only a strategy of resistance, but a condition for the possibility of inhabiting the city. Mutual care, the sharing of resources, and participation in decision-making processes are not secondary aspects or accessories to urban life, but rather core elements of a collective practice of transformation. These practices make visible the needs and desires often excluded from official planning, and propose concrete alternatives to the exclusionary and competitive logics that still characterize many urban contexts.

Building alliances and support networks goes beyond informal solidarity: it entails a radical rethinking of social relations, urban priorities, and modes of participation. Collective practices of care and resistance are grounded in the awareness that transforming urban space cannot be separated from transforming the social relations and hierarchies that shape it.

Recognizing care as a fundamental infrastructure of the city allows us to interrogate urban

policies in terms of access, equity, and redistribution. Informal support networks, consciousness-raising groups, and grassroots participatory experiences act as laboratories of experimentation that challenge the exclusive authority of experts and institutions, and offer models of shared decision-making and collective spatial production. These experiences are not only acts of resistance but also forms of situated knowledge production. The ability to name and analyse one's everyday experiences, to expose the dimensions of exclusion and marginalization embedded in urban life, becomes a tool for agency. This situated knowledge, produced through dialogue and collective reflection, constitutes a concrete alternative to the technical and universalizing knowledge that has historically dominated planning practices.

Building networks and alliances, however, is not free of tensions and conflicts. The diversity of experiences and political positions requires an ongoing process of negotiation, listening, and redefinition of relationships. Yet it is precisely this open-ended, processual nature that makes collective practices a powerful resource for transformation. The encounter between different subjectivities enables a more complex and nuanced vision of urban space, and the development of intervention strategies capable of addressing diverse and interconnected needs.

Participation as a tool

Participation, in this light, cannot be reduced to mere consultation or to a tool for legitimizing pre-made decisions. It must instead be understood as a process of co-construction of space (Gutiérrez Valdivia & Ortiz Escalante, 2024). Meaningful participation requires time, adequate resources, and recognition of the value of the knowledge and experiences that emerge from below. It also demands critical attention to the power dynamics within participatory groups, to ensure that collaborative practices do not end up reproducing the very hierarchies and exclusionary logics they seek to challenge.

Practices of collective care and consciousness-raising are not simply tools to improve the quality of urban life, but rather embody a radical

critique of the neoliberal and competitive model that dominates contemporary urban agendas (Gutiérrez Valdivia, 2018). Placing care, relationships, and everyday needs at the centre means challenging the logic of the city as a space designed primarily for the market, and asserting a different vision of urbanity: a city that recognizes and values interdependence, supports vulnerable subjectivities, and opens up spaces of possibility and agency.

The work of collectively building networks and transformative practices requires continuous reflection on the material and symbolic conditions in which it unfolds. It is not only a matter of expanding participatory spaces, but of ensuring that these are truly accessible, that the voices of those traditionally excluded are heard and translated into concrete action. Participation must be recognized as a form of social and political labour, and supported accordingly through appropriate resources and recognition.

To rethink the city through the lens of gender, care, and interdependence means addressing the issue of inequality as a central concern of urban justice. As Ana Falú argues, "Despite the progress achieved, cities and their public spheres – economic, political, cultural – remain more unequal for women, a condition that worsens when variables such as race, ethnicity, and class intersect" (2014, 16). In this sense, it is essential to acknowledge that public space is traversed by power relations – relations that can be made visible, contested, and transformed through collective practices of awareness and care.

Moreover, and perhaps most importantly, it is crucial to recognize the political value of everyday practices, from domestic organization to informal support networks, as essential tools in the construction of more just, more accessible, and more liveable cities.

If rethinking urban space through the lens of care and situated experience requires a paradigm shift, it becomes essential to interrogate how such perspectives might be enacted in practice. Certain cultural and artistic practices offer tools to render inequalities visible and to construct collective spaces of awareness and transformation. In this

context, the work of Collettivo Amigdala serves as a compelling example of how art, research, and participation can converge into analytical and interventionist frameworks that translate situated knowledge into collective action. Amigdala's work intertwines artistic practice, urban transformation, and direct involvement of local communities (Manzini, 2019). Through cultural and artistic projects developed in areas undergoing urban change — and aimed at fostering a collective and critical awareness — communities take part in the creative process. This takes place through participatory co-design pathways in which involvement is active at every stage. These processes enable each member to express themselves and enhance their skills and competencies, fostering an empowering dynamic of shared making and collective collaboration (Appadurai, 2013).

Collettivo Amigdala and the *TransFemina* Local Laboratory

Founded in 2005, Collettivo Amigdala is a cultural organization that explores the city as a relational and physical organism — constantly transforming, perpetually in flux — through artistic and cultural projects.¹⁷ By engaging residents directly, urban dynamics are reframed as a field of inquiry, filtered through the 'otherness' of art and the transformative imaginaries that emerge from collective sharing (Tagliazucchi, 2017). For Amigdala, the city is not limited to its physical dimension but is shaped by the ongoing interplay of human relationships as integral to dialogue with the built environment. In this framework, the notion of 'collective' expands to encompass social, political, creative, and ultimately *productive* dimensions (Manzini, 2019).

The European project *TransFemina*¹⁸ enabled Collettivo Amigdala to deepen its research on the city through a gendered lens, posing the questions: "*How much space — material and immaterial — do individuals occupy in their city? How might cities become more transfeminist?*" These questions resist singular answers, as the recognition of care and interdependence as foundational to urban space inevitably alters design logics and evaluative tools.

TransFemina — Intersectional Landscapes, a two-year project supported by Creative Europe, involves partners PELE (Porto, PT), Collettivo Amigdala (Modena, IT), and Col·lectiu Punt 6 (Barcelona, ES). Its goal is to amplify the visibility of feminist narratives in public space and cultural heritage across three Southern European cities — Barcelona, Modena, and Porto — while promoting social cohesion and gender-inclusive urban policies. The project addresses inequalities rooted in racialized social constructs by focusing on underrepresented women, non-binary people, and marginalized identities. Through creative interventions, it aims to co-create alternative narratives and collective reclamations of public space, fostering innovative policies that bridge urban, social, and cultural dimensions.

Amigdala's exploration of evaluative tools for gendered urban space began in 2021 during *Periferico* (Rocchi & Tagliazucchi, 2017), an international performance art festival organized in Modena. The campaign "*Reclaim / Reclaim Your Voice*"¹⁹ — created by the transfeminist street poster collective CHEAP (Bologna) — prompted critical reflections on Modena's urban conditions. A public assembly followed, inviting local groups, associations, and informal networks working on gender issues to articulate demands for the *right to the city*. These discussions exposed the tensions between situated everyday knowledge and

17 Cf. Collettivo Amigdala (2025). *Amigdala Handbook. Accordi, valori, metodi./Agreements-values-methods*. Retrieved June 26, 2025, from <https://handbook.collettivoamigdala.com/accordi-valori-metodi.-lhandbook-di-amigdala/agreements-values-methods-eng>

18 Cf. *TransFemina: Intersectional Landscapes* (2024). Retrieved June 26, 2025, from <https://www.transfemina.org/>

19 Cf. Collettivo Amigdala (2021). *Periferico 2021 — Interventi: CHEAP — Reclaim*. Retrieved June 26, 2025, from <https://collettivoamigdala.com/portfolio-page/periferico-2021/#-1632412301379-648f3740-c7de>



Figure 1. Poster from Collettivo Cheap’s “Reclaim my city” poster art campaign (Photo by Elia Mazzotti Gentili)

institutional blind spots regarding spatial justice, particularly in design and planning. Participants called for community-responsive approaches that move beyond outdated 20th-century metrics, advocating instead for shared, experiential forms of participation (Fig. 1).

This demand was further explored in *Periferico*’s 2023 edition through artist Valentina Medda’s *Modena by Night* project.²⁰ Medda’s performance focused on nocturnal urban elements and their impact on women (or those socialized as such),

mapping how fear alters their routes and rhythms. The performance involved 13 female or femme-identifying participants in a two-phase process: a collective analysis workshop, followed by individual night walks. During the workshop, participants collectively reflected on their perceptions and fears regarding nighttime urban mobility. Each individual contributed with personal tactics and strategies for “*surviving nocturnal walks*” – practices emerging from a social construct shaped by lived experiences and familial socialization (Fig. 2).

The collective exchange revealed the conditioning and self-imposed restrictions that individuals socialized as women (within the studied context) enact while navigating the city, particularly after dark. These “survival mechanisms” often remain

20 Cf. Collettivo Amigdala (2023). *Periferico 2023 – Valentina Medda – Modena By Night*. Retrieved June 26, 2025, from <https://collettivoamigdala.com/2023/09/valentina-medda/>



Figure 2. *Modena by Night* performance (Photo by Davide Piferi De Simoni)

invisible when examined in isolation, so deeply are they embedded in daily routines. It is through shared narration that the recursivity and commonality of such experiences become legible, demonstrating their nature not as individual idiosyncrasies but as systemic practices shared by most femme-socialized individuals.

The collective awareness that emerged served as the primary component in defining shared tools for critical assessment and interpretation of the city. These tools evolved from observation to representation, transforming individual experience into cartographic agency. Vulnerabilities and insecurities experienced by participants were inscribed on the urban map as erased zones, marked in black to signify areas avoided or deemed

off-limits. Each participant contributed to the map by blotting out parts of the city they feared to traverse, thereby establishing a new evaluative system, alternative geographies, and a transformed urban morphology. This process did not merely record fear; it materialized the invisible infrastructures of vulnerability, making them legible and thus contestable (Fig. 3).

The new form of the city resulting from this collective mapping elevated shared experiences beyond mere testimony, framing them as qualitative instruments for assessing urban conditions. These evaluations are not absolute but fluid and perception-dependent – yet deeply political in their capacity to challenge dominant narratives of safety and space. Precisely because they emerge

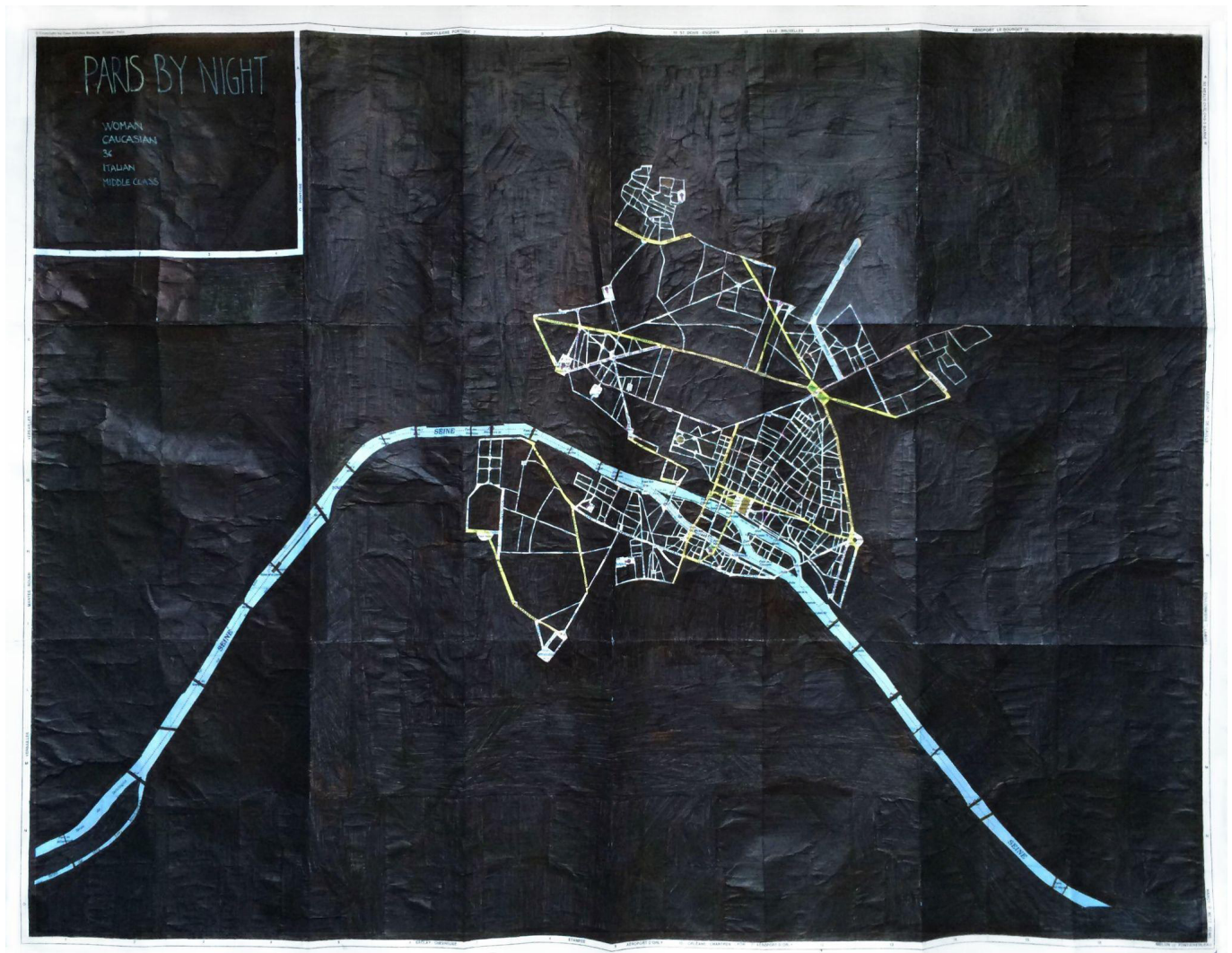


Figure 3. Valentina Medda, *Cities by Night_Paris*, 2013, ink intervention on a city map.

from specific individuals or groups, their strength lies in the recognition of their particularity. This approach proves valuable for urban design, as it enables the development of replicable tools and frameworks for future assessments.

Within the *TransFemina* framework, the reflection expanded to encompass the broader discourse on gender inequalities in urban environments, focusing particularly on the visibility of feminist narratives (often rendered invisible) and on public space accessibility for women and gender minorities. Guided precisely by this situated

and embodied approach, the Local Laboratories constitute the core artistic activity of the *TransFemina* project, representing crucial spaces for co-creation and critical reflection on gender inequalities in public space. These workshops, conducted respectively in the three partner cities – Porto, Modena, and Barcelona – were specifically designed to adapt to each local context while responding to the particular needs of their communities, employing ethnographic, exploratory, and creative methodologies. Conceived as safe and welcoming spaces, the workshops aimed to raise

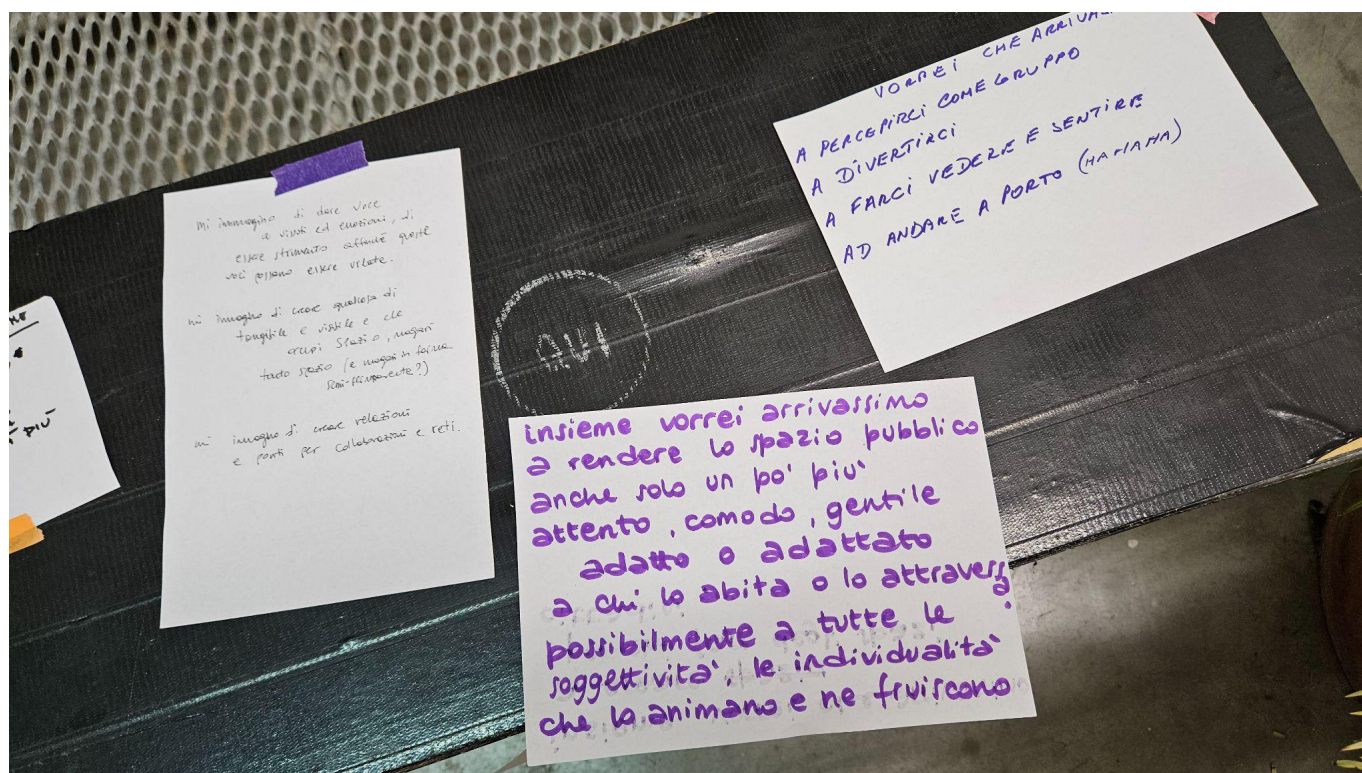


Figure 4. Feedback comments from participants at the end of the workshop (Photo by Federica Rocchi)

community awareness regarding issues of safety and bodily legitimacy in public space. Within this context, the project addressed the symbolic and tangible transformation of spaces while fostering the development of new theoretical and practical frameworks for urban planning – frameworks grounded in the needs that emerged through workshop experimentation.

The local laboratories were conceptualized as dynamic and adaptable spaces. Each workshop carefully considered the cultural and social specificities of its context, striving to achieve broader representativeness through in-depth analysis of needs and issues. In this way, the workshops became platforms for dialogue between diverse experiences and subjectivities, creating mutual support networks intended to endure beyond the project's formal conclusion.

In the Modena laboratory, the primary objective was to stimulate a critical perspective towards the city within the group. This was done by engaging

with both the experiential dimension (sensations, emotions, and memories) and the representational dimension (political, cultural, value-based meanings) of places and, more specifically, of the architectural elements that shape the city. The concept of relationship was explored at multiple levels – termed “thicknesses”²¹ following Gilles Clément’s framework (2014) – : from individual bodily awareness and sensory perception of context to group dynamics involving the transmission of experiences and information as collective contributions. The workshop further examined verbal relationality in experience-sharing and non-verbal relationality in collective movement through space as a unified body. Acknowledging that a city is not only its tangible, physical dimension but also its intangible,

²¹ A line in a representation is not just a two-dimensional mark; in reality, it possesses its own depth, a thickness: every layer corresponds to a different interpretation of the same context.



Figure 5. Feedback comments from participants at the end of the workshop (Photo by Federica Rocchi)

cross-cutting aspects – such as the sense of belonging (participation) and social welfare and policies (security) (Col-lectiu Punt 6, 2019) – the workshop’s starting point was to analyse the geographical and functional characteristics of each participant’s daily life. These were then shared with the group to collectively discuss the insights that emerged. Aiming to connect individual experiences within a situated network of relationships in order to surface a collective one, the workshop was structured through activities and practices (both individual and collective) designed to stimulate the emergence of personal perceptions and feelings as part of a process of urban awareness. The tool of cartographic representation became essential for revealing distinctive elements considered important yet often taken for granted in everyday life (Lynch 1960) (Fig. 4).

Participant feedback highlights how collective practices reshaped perceptions and produced forms of agency. As one participant wrote:

“Reflecting on my daily life gave me a chance to think about the city in a way I never had before. I want to claim more space! The city belongs to me.”

Another participant emphasised the relational dimension of the process:

“Together, I would like us to work towards making public space even just a little more attentive, comfortable, kind, suitable or adapted to those who inhabit and pass through it, possibly for all the subjectivities and individualities that animate and enjoy it.” (Fig. 5).

Through the progressive grounding of awareness of their relationship with the context – first individual, then collective – the group ultimately legitimized its own authority to name and define the descriptive and perceptual parameters for critically evaluating the parts of the city they wish



Figure 6. The laboratory participants during one of the urban explorations (Photo by Silvia Tagliazucchi)

to traverse, as the final outcome of the project's journey (Fig. 6).

The *TransFemina* laboratory in Modena transformed participants into a community of shared practice, where individual differences were both recognized and integrated into a collective body. This relational capacity and scalability, emerging from situated knowledge, offered innovative perspectives for urban design by facilitating dialogue between individual and collective experiences – thereby enriching urban visions while valorising the very differences and contradictions that characterize the city.

Conclusion

The Modena *TransFemina* laboratory demonstrates that participatory and artistic practices can function as empirical tools for analysing and transforming gendered urban experience. Three key findings emerge. First, collective emotional mapping reveals a dual register: it visualises the spatial distribution

of fear while simultaneously generating actionable insights for planning, such as specific street segments, lighting conditions, or urban thresholds requiring intervention. Second, the workshops and performative walks acted as devices of co-production, enabling participants to articulate strategies of navigation and reclaim their right to the city. These processes therefore operate not only as diagnostic tools but also as forms of empowerment. Third, the findings highlight the centrality of care as an urban infrastructure – that is, as a dimension embedded in lighting, services, resting areas, and the material conditions that shape everyday mobility.

The implications for urban planning and policy are concrete: municipalities could incorporate emotional mapping and qualitative diagnosis into planning procedures; allocate resources for longer-term participatory processes; and translate situated knowledge into design actions supported by shared indicators of impact.

Given its qualitative and situated nature, the study does not aim for representativeness but for

depth. Further research could test the replicability of this methodology in different urban contexts and evaluate longer-term changes through mixed methods, including mobility data and before/after assessments of perceived safety.

References

- Andreola, F. & Muzzonigro, A. (2024a). *Libere, non coraggiose. Le donne e la paura nello spazio pubblico / Free, not brave. Women and fear in public space*. LetteraVentidue.
- Andreola, F. & Muzzonigro, A. (2024b). La città della cura. Spazi urbani per la vita quotidiana. *Città in controluce*, 43/44, 64-80.
- Appadurai A. (2013). *The Future as Cultural Fact, Essay on the Global Condition*. Verso.
- Booth, C., Darke, J., Yeandle, S. (Eds.) (1996). *Changing Places. Women's Lives in the City*. Paul Chapman Publishing Ltd.
- Boston Women's Health Book Collective (1977). *Noi e il nostro corpo. Scritto dalle donne per le donne*. Feltrinelli.
- Clément, G. (2014). *Manifesto del Terzo Paesaggio*. Quodlibet.
- Col·lectiu Punt 6 (2019). *Urbanismo feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida*. Virus Editorial.
- Chinchilla Moreno, I. (2022). *The Caring City. Health, Economy and Environment*. Actar Publishers.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins. Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43,1241-1299.
- Criado-Perez, C. (2020). *Invisibili. Come il nostro mondo ignora le donne in ogni campo. Dati alla mano*. Einaudi.
- Falù, A. (2014). El derecho de las mujeres a la ciudad. Espacios públicos sin discriminaciones y violencias. *Vivienda Y Ciudad*, 1, 10-18. <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ReViyCi/article/view/9538/10864>
- Fraire, M. (Ed.) (2002), *Lessico politico delle donne. Teorie del femminismo*, Franco Angeli.
- Gutiérrez Valdivia, B. (2018). Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. *Hábitat y Sociedad*, 11. 65-84. <https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/5172>
- Gutiérrez Valdivia, B., Ortiz Escalante, S. (2024). Feminist urban planning: women transforming territories through participatory action methods, *Research Handbook on Urban Sociology*, 341-358.
- Kern, L. (2021). *Feminist City: Claiming Space in a Man-Made World*. Verso Books.
- Lynch, K. (1960). *The Image of the City*. MIT Press
- Lonzi, C. (1978). *Taci, anzi parla. Diario di una femminista*, Scritti di rivolta femminile.
- Madriz, E. (1997). *Nothing Bad Happens to Good Girls. Fear of Crime in Women's Lives*, University of California Press.
- Manzini, E. (2019). *Politics of the everyday*. Bloomsbury Visual Arts.
- Rocchi, F. & Tagliazucchi, S. (2017). Dalla performance artistica alla rigenerazione urbana e sociale / From artistic performance to urban and social regeneration. *Paesaggio Urbano*, 1/2017, 103-109.
- Tagliazucchi, S. (2017). Site-specific performances to create new points of view about a critical area. In Colomer, V., Colomer, J., Portalés, A. & Urios, D. (Eds.) *City and territory in the Globalization Age*. Conference Proceedings of 24th ISUF International Conference, September 27-29, 2017, Spain (p.258). Editorial Universitat Politècnica de València.
- Valentine, G. (1989). The Geography of Women's Fear. *Area*, 21 (4), 385-390.

Florencia Andreola. PhD in History of Architecture, she is an independent researcher exploring the intersections of architecture and urban studies. She co-founded the non-profit Sex & the City with Azzurra Muzzonigro and co-authored *Milan Gender Atlas* (2021) and *Free, not Brave. Women and Fear in Public Space* (2024). ,
Email: florencia@sexandthecity.space

Silvia Tagliazucchi: PhD in Urban Morphology, her research focuses on how spatial and qualitative dimensions affect relational and collaborative dynamics. She has been part of the Collettivo Amigdala art collective since 2016 as coordinator of the community relations and territorial research.
Email: silvia.t@collettivoamigdala.com

Federica Rocchi: Curator and dramaturg, co-founder of Collettivo Amigdala and Periferico Festival. Her work focuses on feminist theory, site-specific practices and participatory art in public space. She is particularly interested in the role of art as a catalyst for political engagement & urban transformation.
Email: federica.r@collettivoamigdala.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.
Aprovado para publicação a 9 de dezembro de 2025.



TRANSFEMINIST SOUNDWALKS: SHAPING URBAN SPACE THROUGH VOICE AND PRESENCE

Federica Rocchi
Silvia Tagliazucchi
Meike Clarelli
Collettivo Amigdala

Abstract:

This article addresses transfeminist art practices reflecting on the relationship between the right to the city, the social production of space, and acoustic justice. Confronting the invisibilization and silencing of marginalized bodies in urban public spaces, it introduces the *Transfemina - Intersectional Landscapes* project and, specifically, Collettivo Amigdala's methodology for co-creating an urban soundwalk in Modena as a case study. We explore how sound, listening, and walking function as tools for constructing alternative critical cartographies, challenging invisible power relations in public space. The paper argues that these practices foster dynamic alliances among marginalized subjectivities through collective vocal practices, mutual listening, and shared embodied actions. Ultimately, the article posits that these experiences actively constitute an aesthetics of feminist infrastructures—characterized by relationality and resonance—that is intrinsically political and performative. This approach outlines a potent “politics of presence,” not grounded in institutional recognition, but cultivated through embodied encounters, actively shaping and reclaiming urban landscapes.

Keywords: Voice and embodiment; Feminist soundwalks; Acoustic justice; Gendered space; Participatory performance.

SOUNDWALKS TRANSFEMINISTAS: CONFIGURANDO O ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DA VOZ E DA PRESENÇA

Federica Rocchi
Silvia Tagliazucchi
Meike Clarelli
Collettivo Amigdala

Resumo:

Este artigo analisa práticas artísticas transfeministas que questionam a relação entre o direito à cidade, a produção social do espaço e a justiça acústica. Em resposta à invisibilização e ao silenciamento de corpos marginalizados no espaço público urbano, apresenta-se o projeto *Transfemina - Paisagens Interseccionais* com foco na metodologia do Collettivo Amigdala para a cocriação de um *soundwalk* urbano em Modena, tomada como estudo de caso. Explora-se de que modo o som, a escuta e o caminhar operam como ferramentas para a construção de cartografias críticas alternativas, capazes de desafiar relações de poder invisibilizadas no espaço público. Defende-se que estas práticas promovem alianças dinâmicas entre subjetividades marginalizadas através de práticas vocais coletivas, da escuta mútua e de ações corporais partilhadas. Por fim, o artigo sustenta que estas experiências constituem uma estética das infraestruturas feministas — caracterizada pela relacionalidade e pela ressonância — intrinsecamente política e performativa. Esta abordagem apresenta uma “política da presença”, não assente reconhecimento institucional, mas cultivada através de encontros corporificados, que intervêm ativamente na configuração e na reapropriação das paisagens urbanas.

Palavras-chave: Voz e corpo; *Soundwalks* feministas; Justiça acústica; Espaço feminista; Performance participativa.

1. Introduction

This article stems from the European project *Transfemina - Intersectional Landscapes*, which proposed the creation of spaces for reflection, discussion and collective action on the invisibility of feminist narratives in cultural heritage and inequalities in the public space in three southern European cities (Porto, Barcelona and Modena), through a process of transnational co-production of site-specific artistic interventions. The project involved three organizations—Pele (Porto), lead partner, Collettivo Amigdala (Modena), and Col·lectiu Punt6 (Barcelona)—in a path of research and action intertwining participatory artistic practices, urban spaces, and political imaginaries.

As artists and curators working in the field of performance, we write from a situated position: we are part of Collettivo Amigdala, an artistic collective that produces aesthetic devices and relational practices, in which we respectively serve as dramaturg and curator, civic designer and architect, and vocal researcher and choir director. This text therefore reflects a hybrid methodology, combining theory and practice, an approach to knowledge production deeply rooted in bodily experience and artistic practice, where the body itself serves as an instrument and source of understanding, and participant observation, offering a close and processual reflection on some of the recurring tools in our work: voice, collectivity, sound, and public space.

Through the Transfemina project, with *LOUD!* serving as an illustrative example of its theoretical underpinnings, this article explores vocality as a form of urban and political presence, and sound as a vector of relation, displacement, and rewriting of lived space.

2. The Transfemina Project: Context and Methodology

Building upon the framework established by the Creative Europe project *Transfemina - Intersectional Landscapes* (as introduced in Chapter 1), this chapter delves into the project's context and

methodology. The three organizations involved in the project collaboratively developed a common manifesto that articulates their shared vision and guiding principles. This manifesto underscores a commitment to amplify hidden narratives of marginalized groups and to cultivate diverse urban spaces through feminist urban planning, advocating for plural, affective, and effective participation. It also grounds the project in feminist intersectionality, which actively challenges patriarchal and capitalist norms as well as intersecting oppressions—such as racism, classism, and ableism—that produce systemic injustices and inequalities (Pele et al., 2024). In the *Transfemina* project, transfeminism was understood as an intersectional and liberatory framework (Raha & Drift, 2024) that centers the experiences and agency of women, non-binary people and queer individuals. It advocates for each individual's right to define their own identity and for a society that respects diverse gender expressions beyond rigid hierarchies (Koyama, 2020).

Transfemina - Intersectional Landscapes was structured as a path of research and action, intertwining participatory artistic practices, engagement with urban spaces often considered marginal or peripheral, and the development of political imaginaries. This collaborative framework extended across three European cities—Modena, Porto, and Barcelona—where each partner organization led the co-creation of a site-specific soundwalk involving local communities through a year-long Local Laboratory in each city. While sharing a common methodological approach, the three soundwalks were designed to take shape autonomously, responding to the unique urban landscapes and community contexts of each location. The *Transfemina* project, spanning from January 2024 to October 2025, tackled fundamental questions about how cities and public spaces reflect and perpetuate gender inequalities. It examined spatial production practices that confine certain bodies to specific places (for example female bodies in the private space of the house), often evoking feelings of being “out of place” in the public domain. Within this framework, the project argued that the invisibilization of certain bodies in urban public spaces—and the various forms of exclusion

faced by marginalized people in contemporary cities—is intrinsically tied to the silencing of their voices and bodily presence. It is important to note that, within the specific scope of *Transfemina* project, marginalized bodies are thus conceptualized through an intersectional lens, encompassing, but not limited to, women (cisgender and transgender), non-binary people, and queer individuals, further specified by factors such as age (e.g., adolescents, elderly women), migrant backgrounds, and disabilities, whose perspectives and needs are often overlooked in urban planning and public discourse.

The methodology adopted by *Transfemina* utilized sound, listening, mapping and walking as primary tools. These elements were employed to construct alternative critical cartographies, capable of questioning the invisible power relations at play in the conception, design, and representation of public space (Biserna, 2024). Through participative practices (Local Laboratories) and artistic devices (Soundwalks), the project fostered embodied, multisensory engagement with socio-political geographies, enabling participating local communities to re-appropriate and rewrite urban structures by actively engaging with the polyrhythms, acoustics, and differences in public and private territories. Ultimately, the *Transfemina* project explored sound as a form of urban and political presence—a vector for relation and the rewriting of lived space—thereby challenging normative representations of urban environments and advocating for a more inclusive right to the city.

3. Theoretical Reflections

3.1 Bodies, Urban Space, and Vocality

The experience of urban space is far from neutral: it is traversed by material and symbolic dispositifs that regulate who can be present, move, be seen, and be heard. As activists from Col·lectiu Punt6 highlight in their work on feminist urbanism, cities are constructed on androcentric, productivist, and binary assumptions. Feminine, non-binary, queer, migrant, and racialized subjectivities often

experience urban space as a site of exclusion, hypervisibility or enforced invisibility, exposure, or erasure (Col·lectiu Punt 6, 2019).

In this article, the concept of inhabiting is defined not as a simple condition of presence, but as an active, situated practice that implies relationship, transformation, and redefinition of lived space. This perspective aligns with Henri Lefebvre's concept of "habiter" (to inhabit) as a fundamental dimension of the "right to the city"—one entailing active participation in social life and the social production of space (Lefebvre, 1970; Lefebvre, 1974). To inhabit means to be able to trace paths, to name places, to orient oneself and to extend the reach of the body in space (Ahmed, 2006). It is a gesture of agency that intersects affective, political, and perceptual dimensions. In this sense, inhabiting is never just being: it is acting, leaving a mark, transforming the landscape—even just through one's passage, gesture, or voice.

Voice, like the body, plays an active role in this relationship. It is not merely a vehicle for verbal content, but an embodied presence that resonates in space, draws boundaries, interpellates and connects. As the philosopher Adriana Cavarero writes, the voice says someone, even before saying something: it is the singular imprint of our presence in the world. Every voice is situated, unrepeatable, and carries the weight—or the possibility—of its own history (Cavarero, 2003). From this perspective, the Psychophonie approach—developed by Marie-Louise Aucher and further elaborated in Italy by Elisa Benassi—recognizes voice not merely as a sound emission, but as an integral manifestation of the human being: voice becomes the sonic image of muscular tone, vital energy, emotions, and deep thought (Aucher, 1988). In collective vocal practices, this singular dimension multiplies and becomes more complex. The voice becomes a relational gesture, a tension between self and other, between intimacy and public space, between the need to assert oneself and the need to listen. Drawing on scholars such as Christina Azahar, whose work explores feminist musical practices and their role in shaping collective experiences, we understand that when several voices share a time and space—without

necessarily seeking unison—a form of sonic inhabiting emerges, which does not erase differences but allows them to resonate (Azahar, 2021). When collective vocal practices happen in the public space, the concept of inhabiting finds an acoustic and performative articulation: to inhabit a space also means to be able to make one's presence vibrate within it, to recognize one's own boundaries, to rewrite them, to redraw them with the voice. It becomes a form of negotiation with the urban landscape—a way to situate oneself in the world not through possession, but through relation.

3.2 Taking Voice / Having Voice. Collectivity and Acoustic Justice

Within Collettivo Amigdala's artistic work, we distinguish between “having voice” and “taking voice”. The former refers to a pre-existing condition often tied to social recognition: it means being able to be heard and gaining access to shared codes, languages, and spaces of expression. The latter, by contrast, is an active gesture that entails speaking without invitation and expressing oneself despite the risk of being unheard or misunderstood. From this perspective, the vocal work we have developed over the years within Amigdala is based on a specific idea: voice—especially when expressed through singing—is a right, not a talent. It is not something one possesses, but something one exercises and enables each time. Inclusivity, in this sense, is gauged not by the variety of voices welcomed, but by the commitment to listening to each as an irreducible subjective expression. The choir, in our practice, is an acoustic laboratory in which bodies sing, but also hold each other, listen, and negotiate. Collectivity is not the sum of voices, but the field where voices meet, respond, accompany one another. It is a relational device where vocal presence becomes a political gesture—not because of what it affirms, but because of how it exposes and differentiates itself.

An exemplary manifestation of this approach is Amigdala's project *LOUD!*, which explicitly brings collectivity into public space through a sonic and political gesture. In October 2024, three

choirs—composed mainly of women and queer individuals—traversed Modena in a distributed choral action culminating in a public performance in Piazza Grande. Each choir moved through public space in a different way, following pre-determined routes that led them to reunite in the city center. Along the way, they sang through public transport, architectural structures like arcades and alleys, shops and businesses, squares and streets. The choice of choral singing as a device is deeply connected to our collective's research: as discussed, the choir, in Amigdala's vision, is a living, porous, situated organism that generates a field of resonance among bodies, voices, and affections. It is also a gesture of alliance: singing together in public space affirms a plurality of presences without necessarily exposing oneself as an individual. In *LOUD!*, the vocal-body is never isolated; it is always in relation. It is precisely in this relational web that its political potential resides. Collectivity is therefore not just a musical technique, but a form of affective spacing, in which acoustic presence builds an alternative form of urban inhabiting—one that defies normative, often exclusionary, models. In this vein, Christina Azahar's research on feminist musical practices in Chile demonstrates how musical and interpersonal resonances are pivotal in shaping feminist coalition-building and reconfiguring the gender politics of space, contributing to what she terms “feminist worldmaking” (Azahar, 2021). It is in this direction that the concept of acoustic justice, as developed by Brandon LaBelle, becomes relevant. He interprets listening as an embodied and relational practice capable of opening spaces of care, attention, and resistance to the normative structures that regulate space and subjectivity. Acoustic justice, writes LaBelle, implies the expansion of listening as a dynamic expression of bodily power—as a “sensual and transformative” capacity through which to express understanding and collaboration, both individual and collective (LaBelle, 2020). In his perspective, acoustic justice is not only about access to speech or freedom of expression: it encompasses spatial, affective, and political dimensions, touching on forms of recognition, everyday soundscapes, and the possibility of listening and being listened to as

embodied subjects. As LaBelle also emphasizes in a later text, it is about thinking of listening as a fundamental practice of a “political ecology of care and mutual respect” (LaBelle, 2023 p. 10). On the other hand, from the psychophonic perspective of Marie Luise Aucher and Elisa Benassi, listening to one’s own voice is linked to the ability to feel, define, and recognize oneself in the sound one emits. Voice serves as the acoustic image of identity: listening to oneself is thus a prerequisite for expressing that identity in relation to other voices (Benassi, 2025). When singing in a choir, this dynamic is amplified: not being able to perceive one’s own voice within the group can generate disorientation—a temporary loss of self. This experience, for instance, can manifest as a feeling of an eroded sense of acoustic identity or a detachment from one’s own vocal core within the collective sound, creating a disturbance because people cannot recognize and identify themselves within a collectivity (Clarelli, 2023). It is not limited to musical abilities but involves deeper dimensions, connected to the physical, energetic, and psychic state of the person and their relationship to the world. Listening, in its fullest sense, requires organic, multidimensional movements between inside and outside, inhalation and exhalation, and perception and expression. As Elisa Benassi affirms: “Where I cannot feel myself, I am not able to express myself.”²² The choir is thus a concrete form of collective inhabiting, activated through a deep and situated listening practice. It is not just about being there, but about building the conditions to be in relation: listening, accompanying, falling into dissonance. The form of sonic inhabiting, in this sense, means creating a space where the voice can resonate without being neutralized, and where presence can be sustained—even in fragility, as the collective environment actively fosters acceptance and

support for individual vulnerabilities, allowing even uncertain voices to contribute to the shared acoustic landscape.

3.3 The Soundwalk as an Artistic and Political Device

The soundwalk—understood as a practice of listening while moving through urban space—emerges from a broad and layered landscape of artistic and political experiences. Practiced for decades in different contexts, from experimental composition to transfeminist activism, it has taken on multiple forms and intentions (Biserna, 2024). Originating from the work of figures like Murray Schafer and Hildegard Westerkamp with the *World Sound-scape Project*, soundwalks developed as an embodied and mobile practice of paying attention (Westerkamp, 1996). More recently, contemporary sound artists have emphasised its capacity to foster embodied, multisensory engagement with socio-political geographies (İnal-Çekiç, Ewa Woźniak, 2023).

In our path, we align with a rich genealogy of artistic and activist practices, particularly those that explore critical listening and embodied spatial relationships within public spaces through a transfeminist lens. This lineage is rooted in the research and work of figures such as the American composer Pauline Oliveros and her notion of *Deep Listening*, and finds contemporary resonance in explorations like those of art historian and researcher Elena Biserna. Oliveros opened a path toward a form of listening that is not passive but active, porous, and transformative and describes a mode of listening that acts on relationships and prepares bodies for an expanded, non-normative attention—capable of generating presence and sensitive transformation (Oliveros, 2005). Elena Biserna, in her theoretical and curatorial work, has explored the feminist, urban, and relational dimensions of the soundwalk, restoring its complexity and radical potential. Biserna describes the soundwalk as a practice that produces “dissonances as a way of nurturing other forms of inhabiting public space” (Biserna, 2024, p. 187). The testimonies gathered in her research show how sonic walking

²² The references to Psychophonie in this article are primarily based on teachings by Elisa Benassi at the Accademia Internazionale di Psicofonia, part of the training program in “Musicoterapia – Psicofonia Applicata” offered by Essere Voce (<https://www.esserevoce.it/formazione/#psicofonia-applicata>), where Meike Clarelli completed her diploma.

can become a tool for understanding the body as a political and spatial sensor, capable of redrawing the urban landscape.

At the same time, walking is not merely a means of moving through space but a performative and aesthetic gesture in its own right. In his influential work *Walkscapes*, architect Francesco Careri demonstrates how walking constitutes a primordial form of spatial production—an act that does not simply traverse territory but transforms it:

“Walking (...) implies the transformation of the place and its meanings. The mere physical presence of man in a space (...) and the variation of perceptions he receives by traversing it, is a form of landscape transformation that, even if it leaves no tangible signs, culturally modifies the meaning of space and thus space itself” [Our translation] (Careri, 2006, p. 28).

Walking together—especially for non-normative subjectivities—thus becomes a political gesture: a way of inhabiting the world that actively engages with instability and fosters transformation. As Elena Biserna notes, walking has often been celebrated as an emancipatory and democratic gesture, yet not all bodies have equal access to the legitimacy of becoming visible and audible in public space. Biserna describes a range of feminist walking and sonic practices united by: “the desire to assert a territorial presence by occupying not only the tangible space but also its frequency range; to subvert, even if temporarily, the power structures of places via noise and disorder” (Biserna, 2024, p. 187). This approach recognizes the soundwalk as a powerful tool for political intervention, actively challenging established urban orders. Drawing on Chantal Mouffe’s framework, we understand these interventions as “agonistic gestures” (Mouffe, 2000). These gestures confront normative urban practices without negating conflict, but rather transforming it into a driving force for redefinition. This also aligns with performing arts scholar Diana Taylor’s “politics of presence”, where understanding emerges from relational processes and a “being with” others “in transit”, embracing the inherent instability of collective movement and the contradictions of access and power. As she writes: “To be with, in

movement, to accept knowledge as a practice to be developed in transit with others, not knowing exactly what lies behind the curve, constantly changing, never arrived” (Taylor, 2006, p. 26). This way of inhabiting the world fundamentally rejects a possessive relationship with space. Taking inspiration from Careri’s powerful concept of walking as primordial “spatial production”, we acknowledge that his framework, while foundational for understanding walking practices as aesthetic and transformative devices, does not explicitly address the differential social and political realities of urban access and experience for diverse bodies. Thus, our framework extends beyond mere territorial inscription to embrace the vulnerability of marginalized bodies not as weaknesses, but as generative forces. This perspective, deeply informed by transfeminist thought and collective practice, sees these qualities as central to fostering new meanings and possibilities for urban belonging. It is from these trajectories—where the soundwalk acts as both an artistic device and a practice of collective inhabiting—that we aim not merely to traverse space, but to transform it.

4. The Transfemina Soundwalk in Modena: *Here*

4.1 Project Genesis: The Transfemina Framework and Local Laboratory

The artistic creation of *Here* was developed within the broader European Transfemina project, as described in Chapter 1.1. Transfemina sought to foster research groups in each participating city to co-create collective soundwalks—serving as mappings, soundwalks, reclamations, counter-narratives, and rituals. In Modena, this entailed a year-long preparatory process that convened local women, individuals socialized as women, and non-binary people (of different ages, origins, backgrounds and abilities) in the Local Laboratory at OvestLab, a cultural and artistic center on the city’s outskirts run by Amigdala. Participants were recruited via a public open call and Amigdala’s transfeminist network. Additionally, collaborations with grassroots organizations reached

communities such as migrant women and teenagers through separate, shorter workshops, thereby expanding the range of beneficiaries and incorporating diverse perspectives. *Transfemina* in Modena culminated in the soundwalk titled *Here – Sono nata per camminare/I was born to walk*, an expanded musical composition that unfolded over a full day, lasting 10 hours, from morning until late night. The performance premiered on October 19, 2025, involving approximately an audience of one hundred people in an 18 km walk.

During the Laboratories, participants engaged in nocturnal and daytime walks, silent observations, and collective discussions, while exploring listening techniques and vocal practices to interrogate the power relations structuring urban experience. From these encounters, a choral dramaturgy emerged, intertwining walking, sound, and word. Several mapping actions and exploratory walks were conducted throughout the Laboratories, investigating sound production in the city as a practice of collective citizenship. Crucially, during the workshop phase, the women of the main Local Laboratory were divided into four sub-groups, coordinated by one of the project authors: Silvia Tagliazucchi, Daina Pignatti, Federica Rocchi, Meike Clarelli, and Laura Petrucci.

- The “path” sub-group defined the 18 km route through the city, connecting central and peripheral areas through emotive, affective, and counter-narrative mapping.
- The “actions” sub-group developed shared gestures and functional choreographies within the group, serving as collective references for activities such as forming a compact group, donning headphones, resting, conversing, or observing silence. This also encompassed coordinating public conversations and encounters with specific communities along the route.
- The “sounds” sub-group gathered testimonies from other women and queer individuals in the city, aiming to multiply perspectives and amplify voices beyond the workshop boundaries. Participants were invited to interview friends, daughters, mothers, sisters, or any other women to whom they felt affection,

collaboratively defining the interview questions, methodology, and tools. These interviews were collected and integrated into the musical composition, forming an informal, affective sonic archive that produced the polyphonic soundscape of the *Here* soundwalk.

- The “care” sub-group mapped the walking group’s needs, for example by arranging access to public and private restrooms along the route, managing food provisions, addressing fatigue, and ensuring accessibility.

4.2 The “Here” Soundwalk: An Urban Undertaking

The soundwalk *Here – Sono nata per camminare* traversed the city guided by the community of women who had participated in the year-long Local Laboratory. It functioned as a “mobile sound narrative” articulated through stages, rituals, and pauses, interrogating the affective and political memory of places, their accessibility and safety, and the possibility of re-signifying them through voice and listening. The walk was structured ritually, with transitions between sonic forms and pauses in selected public spaces. These resting points served as both moments of pause and open thresholds—where one could join or leave the walk. This structure intentionally fostered inclusivity and allowed for varying levels of engagement, reflecting the project’s foundational commitment to accessible and participatory urban exploration. At the same time, this extensive collective journey represented more than a mere traversal of urban space; it was a profound urban undertaking—a bold, playful adventure in its own right. The “out of measure” experience of walking 18 km significantly amplified this spirit. For the women of the Local Laboratory, this long-term commitment became a shared quest to collectively “found” a new kind of city—not physically, but through re-imagining its social and acoustic fabric. This collective action transformed walking into a dynamic adventure, as the group courageously ventured through Modena all day long, discovering, challenging, and joyfully reshaping their relationship with the city.

4.3 Sound Composition and Dramaturgical Structure

The soundwalk was shaped by the mappings produced during the workshops. It identified spaces that were personally or professionally significant to participants, but also emotionally or imaginatively charged. The choice to travel across a large part of the city in a moving caravan arose from the desire to use sound and listening to affirm presence in public space. An original sound composition—conceived and created by Meike Clarelli and Federica Rocchi—formed the backbone of the entire walk. Organized as a narrative tracing an imaginary woman's life from birth to death, it consisted of six distinct audio tracks, listened to via headphones at specific moments throughout the day. As the journey progressed through the city, so too did the woman's life story, effectively weaving a biographical thread into the urban fabric. The composition blended various sonic elements: testimonies from approximately fifty women of diverse ages collected during the Laboratory and across the city, musical fragments, environmental soundscapes, quotes, and original music. Additionally, an original poetic text by Serena Terranova, read by visual artist Claudia Losi, also contributed to the biographical narrative. Each chapter cultivated its own acoustic atmosphere, intertwining the depicted life stage with the unique characteristics of the urban areas the group traversed at that moment. This sophisticated sound design fostered profound engagement with both the cityscape and the collective stories, highlighting how individual experiences echo in public spaces. Moreover, the soundwalk featured moments of collective speech and public dialogues, allowing both audience and participants to add their voices to the soundscape and embody the themes of presence and reclamation in the urban setting. The entire dramaturgical structure drew inspiration from feminist participatory urbanism, reflections on the right to the city, polyphonic practices, and collective modes of knowledge production. The result was a radical form of sonic inhabiting, capable of subverting normative representations of urban space. Ultimately, *Here* was not intended

to merely represent the city, but to rewrite it through movement and resonance. It was a way of improvising with the urban landscape and of reclaiming its acoustic and symbolic textures through collective presence.

5. Conclusion

The practices developed in *Transfemina - Intersectional Landscapes*, *LOUD!*, and other projects by Collettivo Amigdala offer a vision of the city as a space to be inhabited in a situated, relational, and transformative way. Sound and vocality become tools for challenging the established order of urban space, not by negating conflict, but as forms of embodied and transformative dissent. As Chantal Mouffe affirms, agonism differs from antagonism in that it recognizes the legitimacy of the adversary and makes conflict the driving force of democracy. In Mouffe's view, an agonistic democracy is one in which adversaries, not enemies, confront each other, fighting within a shared symbolic space (Mouffe, 2000). In the same way, singing, walking, and resonating together in public space can become agonistic gestures—not acts of destructive rupture, but re-articulations of spatial, acoustic, and relational codes. The experiences described here, far from being mere aesthetic productions, actively constitute an aesthetics of feminist infrastructures that is intrinsically political and performative. This aesthetic, characterized by relationality, resonance and vulnerability, serves as a foundational element, weaving together embodied knowledge, affective and sensitive counter-cartographies, and alliances forged through rhythm, breath, and shared silence. It is within these intersections that a politics of presence is outlined—a potent form of agency not grounded in institutional recognition, but rather cultivated through the direct, embodied encounter of bodies resonating together and actively shaping and reclaiming urban landscapes. As one of the participants in *Transfemina* said: “With my voice, I feel where I am”. This sentiment encapsulates the profound connection between vocal expression, self-localization, and the construction of

an embodied sonic geography within the urban environment, effectively inscribing the body into a dialogue with the city's architectural and social fabric. Perhaps this is one of the most radical forms of inhabiting: feeling where one is, transforming urban space into a site of collective resonance and relationship.

References

- Ahmed, S. (2006). *Queer Phenomenology: Orientations, Objects, Others*. Duke University Press
- Azahar, C. (2021). Resonance and Resistance: Feminist World-making and Musical Practice in Chile. eScholarship. *California Digital Library*. <https://escholarship.org/uc/item/5f29c7p6>
- Aucher, M. L. (1988). *L'homme sonore*. EPI
- Benassi, E. (2001). La voce in gioco tra impressione ed espressione. In F. Larocca (Ed.), *Atti dell'VIII Convegno Internazionale di Musicoterapia, Danzaterapia e Arteterapia per l'handicap*. <https://it.scribd.com/document/117124355/Esperienze-in-Musicoterapia-Vol-II>
- Biserna, E. (2022). *Going out: Walking, listening, soundmaking*. umland editions.
- Biserna, E. (2024). Feminist steps: Walking as a "citizenship" and "world-making" practice in sound and listening. In V. Červakov (Ed.), *Walking is still honest: About being and moving together* (pp. 153-189). Vilnius Academy of Art Press.
- Careri, F. (2006). *Walkscapes. Camminare come pratica estetica*. Einaudi.
- Cavarero, A. (2003). *A più voci. Filosofia dell'espressione vocale*. Castelveccchi.
- Clarelli, M. (2023). *L'ascolto in coro. La psicofonia come pratica di riconoscimento di sé*. [Final Thesis, Essere Voce Music Therapy School - Applied Psychophonie]
- İnal-Çekiç, T., & Woźniak, U. (Eds.). (2023). *We, the City: Plurality and Resistance in Berlin and Istanbul*. Jovis
- Koyama, E. (2020). *The Transfeminist Manifesto*. Routledge
- Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Editions Anthropos
- Lefebvre, H. (1970). *La révolution urbaine*. Gallimard
- LaBelle, B. (2020). Towards acoustic justice. *Law Text Culture*, 24, 550-572. <https://ro.uow.edu.au/ltc/vol24/iss1/21>
- LaBelle, B. (2023). *Giustizia acustica. Ascoltare ed essere ascoltati*. Nottetempo
- Mouffe, C. (2000). *The democratic paradox*. Verso Books
- Oliveros, P. (2005). *Deep listening: A composer's sound practice*. iUniverse
- Pele, Collettivo Amigdala, Col·lectiu Punt6. (2024). *Transfemina Intersectional Landscapes - Common Manifesto*. www.transfemina.org/en/#manifesto
- Taylor, D. (2020). *iPresente! The politics of presence*. Duke University Press.
- Westerkamp, H. (2002, November). *Linking soundscape composition and acoustic ecology*. Hildegard Westerkamp: Inside the Soundscape. https://hildegardwesterkamp.ca/writings/writings-by/?post_id=15&title=linking-soundscapecomposition-and-acoustic-ecology

Federica Rocchi: Curator and dramaturg, co-founder of Collettivo Amigdala and Periferico Festival. Her work focuses on feminist theory, site-specific practices and participatory art in public space. She is particularly interested in the role of art as a catalyst for political engagement & urban transformation.
Email: federica.r@collettivoamigdala.com

Silvia Tagliazucchi: PhD in Urban Morphology, her research focuses on how spatial and qualitative dimensions affect relational and collaborative dynamics. She has been part of the Collettivo Amigdala art collective since 2016 as coordinator of the community relations and territorial research.
Email: silvia.t@collettivoamigdala.com

Meike Clarelli: Vocalist, composer and expert in Psychophonie, she explores the voice as an embodied and political device. Member of Collettivo Amigdala since 2014, she creates vocal performances, leads feminist choirs, and collaborates in music, theatre and dance projects across Italy and Europe.
Email: meike.clarelli@collettivoamigdala.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.
Aprovado para publicação a 15 de dezembro de 2025.



URBANISMO FEMINISTA: ENREDANDO COMUNIDADES Y ARTISTAS

Sara Ortiz Escalante con Col·lectiu Punt 6
Collectiu Punt 6

Resumen

Este artículo analiza la implementación del urbanismo feminista de Col·lectiu Punt 6 a través de la creación y consolidación de redes con otras organizaciones feministas y artistas para avanzar hacia ciudades y territorios feministas en Barcelona. El urbanismo feminista tiene tres objetivos: cambiar las prioridades de los entornos urbanos poniendo la vida cotidiana y los cuidados en el centro; trabajar hacia ciudades seguras para las mujeres y para todes y transformar los territorios a través de la participación activa de las mujeres y disidencias de género en todas las etapas del proceso de planificación. Después de 20 años de trabajo, desde Col·lectiu Punt 6 reflexionamos como avanzar hacia la transformación de ciudades desde una perspectiva feminista creando redes locales e internacionales con otras organizaciones feministas y de base que comparten luchas. Pero también ha sido clave encontrar herramientas artísticas que ayudan a entender la transformación urbana feminista. La colaboración con ilustradoras y diseñadoras que hacen visible como construir ciudades feministas ha sido esencial para despatriarcalizar el urbanismo y hacerlo más accesible a la diversidad de mujeres y sujetos no normativos.

Palabras clave: Urbanismo; Feminismo; Participación; Artistas.

URBANISMO FEMINISTA: ENTRELAÇANDO COMUNIDADES E ARTISTAS.

Sara Ortiz Escalante con Col·lectiu Punt 6
Collectiu Punt 6

Resumo

Este artigo analisa a implementação do urbanismo feminista por parte do Col·lectiu Punt 6, através da criação e consolidação de redes com outras organizações feministas e artistas, com o objetivo de avançar para cidades e territórios feministas em Barcelona. O urbanismo feminista tem três objetivos: alterar as prioridades dos ambientes urbanos, colocando a vida quotidiana e os cuidados no centro; trabalhar em prol de cidades seguras para as mulheres e para todos; e transformar os territórios através da participação ativa das mulheres e das dissidentes de género em todas as fases do processo de planeamento. Após 20 anos de trabalho, nós do Col·lectiu Punt 6 reflectimos que, para avançar na transformação das cidades a partir de uma perspetiva feminista, é essencial criar redes locais e internacionais com outras organizações feministas e de base que partilham as mesmas lutas. Mas também tem sido fundamental encontrar ferramentas artísticas que ajudem a compreender a transformação urbana feminista. A colaboração com ilustradoras e designers que tornam visível a forma de construir cidades feministas tem sido essencial para despatriarcalizar o urbanismo e torná-lo mais acessível à diversidade de mulheres e sujeitos não normativos.

Palavras-chave: Urbanismo; Feminismo; Participação; Artistas.

Introducción

En este artículo queremos compartir aprendizajes acumulados en los últimos 20 años de urbanismo feminista y trabajo en red con organizaciones y activistas feministas. Este texto pretende ser una reflexión, más que un artículo académico, y una oportunidad de visibilizar que construir ciudades feministas significa romper con la visión tradicional de quién y cómo se hace urbanismo en sus formas de mirar y de hacer.

En el marco del proyecto *Transfemina: Intersectional Landscapes*, tres organizaciones del sur de Europa (PELE – Porto, AMIGDALA-Módena y Col·lectiu Punt 6-Barcelona) han trabajado durante estos dos últimos años en visibilizar narrativas feministas de transformación del espacio público a través de metodologías feministas y bajo una misma pregunta “¿Qué espacio, físico y simbólico, ocupan las mujeres en las ciudades?”²³. En este artículo, Col·lectiu Punt 6, una cooperativa de urbanismo feminista que lleva trabajando desde 2005 en Barcelona, tanto a nivel local como internacional, argumentamos que para construir ciudades feministas es esencial desjerarquizar y despatriarcalizar el ámbito del urbanismo y la planificación del espacio público. Desde nuestra visión teórica y práctica, esto es posible a través de la participación y la acción comunitaria feminista, es decir, una participación que valore la experiencia de las reales expertas del territorio, en especial, de las mujeres y disidencias que viven en los barrios y comunidades y el trabajo en redes de apoyo y transformación (Col·lectiu Punt 6, 2019). En este cambio de paradigma, ha sido necesario revisar las herramientas utilizadas para avanzar hacia esas transformaciones. Es a través del trabajo colaborativo con activistas feministas que también se han encontrado lenguajes y formas de comunicar que han permitido “revelar, ampliar y celebrar narrativas y cuerpos silenciados”²⁴.

A continuación, el artículo comparte la visión de Urbanismo Feminista que Col·lectiu Punt 6 ha en-

las dos últimas décadas, centrándonos en la participación y acción comunitaria como herramienta de transformación. Seguidamente, compartimos como esta transformación no es posible sin el trabajo en red con otras organizaciones feministas y activistas, visibilizando diferentes proyectos donde la colaboración con ilustradoras y diseñadoras ha sido esencial para promover la transformación del espacio público desde una perspectiva feminista e interseccional y acercar los discursos y las transformaciones a la diversidad de mujeres y sujetos no normativos.

Del urbanismo capitalista, patriarcal y colonial al urbanismo feminista²⁵

Desde la formalización de la práctica del urbanismo y de la planificación, en el s.XIX, se ha implementado un urbanismo que responde a un modelo capitalista, patriarcal y colonial que ha privilegiado la propiedad privada, sacar el máximo rendimiento económico del territorio, centrándose en el uso del suelo productivo, en definitiva, en un modelo tóxico de crecimiento sin límites. Bajo diferentes paradigmas del urbanismo, ya sea el funcionalismo, la expansión del suburbio y la zonificación, el urbanismo preventivo o la Smart City, se ha planificado privilegiando a un modelo de ciudadano tipo heteronormativo: hombre blanco de clase media con un trabajo remunerado a tiempo completo. El urbanismo se ha querido enmascarar como una materia neutra, es decir, que la manera de diseñar los diferentes espacios no beneficiaba ni afectaba a ninguna persona o colectivo en particular. Pero en realidad las ciudades actuales son resultado de la reproducción de un urbanismo androcéntrico que ha excluido a la mayoría de población: mujeres, población LGBTQ+, personas racializadas, minorías étnicas, personas migradas,

²⁵ El texto de este artículo aunque es inédito se nutre de textos anteriormente publicados por Col·lectiu Punt 6 en formato de libro, artículos y guías que se incluyen en la bibliografía pero que no siempre se cita para no ser redundante a lo largo del texto.

²³ www.transfemina.org

²⁴ Ibid.



Figura 1. Ilustración de Tonina Matamalas para Col·lectiu Punt 6

población indígena, personas con diversidad funcional y otros sujetos no normativos.

En contraposición, desde los años 1970s, feministas de diferentes disciplinas urbanas como la arquitectura, el urbanismo o la geografía, han reivindicado un cambio de paradigma para visibilizar a las mujeres en el diseño, uso y disfrute de los espacios. Son muchas las precursoras de los estudios urbanos feministas²⁶. Reconocer las genealogías feministas y la dimensión colectiva y evolutiva en la creación del conocimiento es un elemento esencial también de la práctica del urbanismo feminista, porque ninguna aportación surge de cero. (Col·lectiu Punt 6, 2019, p. 214).

Fruto de este legado crítico, teórico y práctico, el urbanismo feminista pone la vida de las personas en el centro de las decisiones urbanas, teniendo en cuenta la diversidad de las personas y analizando como el género en interrelación con otras categorías socioculturales influyen y tienen implicaciones directas en el uso y disfrute de nuestras ciudades y territorios. Desde esta visión crítica, el género se ha concebido como una herramienta conceptual

que ha permitido reconocer las diferencias en el uso y disfrute de los espacios por el hecho de ser mujeres, hombres o sujetos con otras identidades de género.

El urbanismo androcéntrico ha diseñado los espacios siguiendo y perpetuando el sistema sexo-género desde una visión binaria. Se ha vinculado a los hombres con el espacio público, vinculado al trabajo remunerado, lo racional y la vida política; mientras que a las mujeres se las ha identificado con el espacio privado del hogar, las tareas domésticas y de cuidado no remuneradas, lo emocional, lo informal y lo íntimo. Esta falsa dicotomía de los espacios también conlleva una valoración diferente de las personas y de las actividades que las llevan a cabo, atribuyendo un valor superior a lo masculino y público y devaluando las tareas relacionadas con el cuidado de las personas y del hogar, de las cuales las mujeres continúan siendo mayoritariamente responsables.

El feminismo ha cuestionado durante décadas esta dicotomía y ha trabajado para que se reconozca que las mujeres han participado siempre de una manera u otra en la esfera pública y lo productivo (en el mercado laboral formal e informal) y que las tareas reproductivas y de cuidado no solo tienen lugar en el interior de la vivienda, sino que se extienden fuera del ámbito “privado”: acompañar niñas y niños a la escuela, ir a comprar, visitas médicas, etc. (Fig. 1)

²⁶ Para una revisión de la genealogía y las autoras que han sido precursoras del urbanismo feminista, leet “De quién hemos aprendido: Nuestra genealogía del urbanismo feminista” en Col·lectiu Punt 6 (2019). *Urbanismo feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida*. Virus Ed. pág. 29-64

VIDA COTIDIANA = ACTIVIDADES + ESPACIO + TIEMPO

El concepto de vida cotidiana engloba el desarrollo de todas aquellas actividades que desarrollamos en nuestro día a día o eventualmente. La vida cotidiana no se puede desvincular de un espacio compartido y de un tiempo finito.

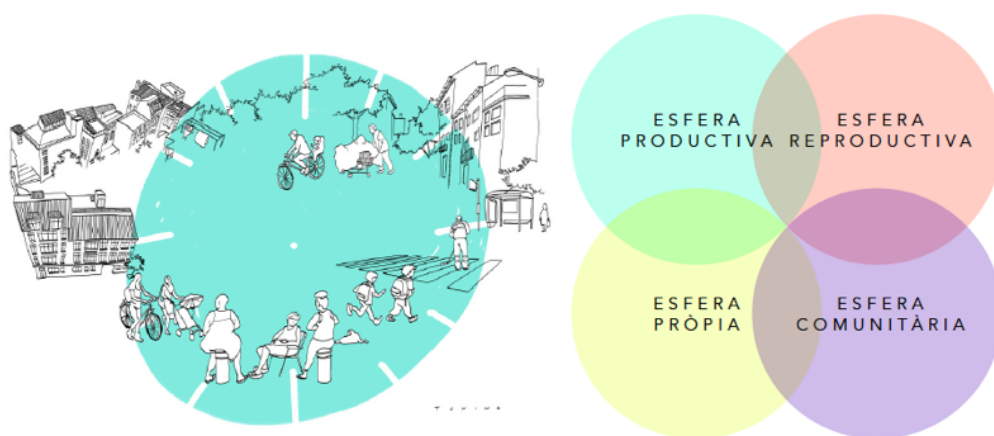


Figura 2. Ilustración de Tonina Matamalas para Col·lectiu Punt 6

Col·lectiu Punt 6 define tres objetivos del Urbanismo Feminista:

1. Priorizar la vida cotidiana poniendo en el centro los trabajos de cuidados

El urbanismo feminista pone en el centro de las decisiones urbanas las necesidades relacionadas con la vida cotidiana de las personas. La vida cotidiana está formada por diferentes esferas: productiva (trabajo remunerado), reproductiva (trabajo no remunerado de cuidado de personas y del hogar), personal (ocio, deporte y autocuidado) y comunitaria (mejora de la sociedad o la comunidad donde se vive). Todas se deben tener en cuenta a la hora de planificar y diseñar los espacios donde vivimos. Sin embargo, el urbanismo históricamente ha privilegiado exclusivamente la esfera productiva del trabajo remunerado. Esto ha tenido efectos en cómo se han planificado espacial y temporalmente nuestras ciudades: la zonificación y separación de funciones, por ejemplo, de la casa y los centros de trabajo; sistemas de movilidad que conectan los lugares de residencia con el trabajo mayoritariamente de sectores masculinos; horarios de transporte público centrados en

horarios de trabajo que no responden a las necesidades de las personas encargadas de los cuidados que tiene desplazamientos más complejos y se desplazan a diversidad de horas (Col·lectiu Punt 6, 2019).

El urbanismo feminista visibiliza las tareas domésticas y de cuidado, mayoritariamente no remuneradas y llevadas a cabo por mujeres, con el fin de que a través de la planificación urbana estas actividades se valoren socialmente y se consiga que acaben siendo de corresponsabilidad colectiva y pública, y no exclusivas de las mujeres. Pero además, que el diseño de los espacios públicos e infraestructuras también respondan a las necesidades de la vida cotidiana y cuidados (Valdivia, 2017) (Fig. 2).

2. Construir entornos seguros, libres de violencias machistas y otras violencias de odio.

Históricamente, la seguridad ha sido un tema central en las políticas urbanas, pero centrado en cómo prevenir el crimen contra la propiedad privada y cometidas por extraños. Desde el feminismo, ya en los años 1980s se reivindica que esta visión de seguridad no ha tenido en cuenta ni las



Figura 3. Ilustración de Tonina Matamalas y diseño de Odile Carabantes para Col·lectiu Punt 6

violencias que vivimos las mujeres en el continuo de los espacios públicos-privados ni como estas violencias y la percepción de miedo impacta en el derecho de las mujeres a la ciudad, limitando usos, acceso y participación en diversidad de espacios. La construcción de espacios seguros desde una perspectiva feminista presta atención a la percepción de inseguridad que viven las mujeres y otras identidades en conexión con las violencias vividas entre el espacio público y privado (Col·lectiu Punt 2017). El miedo y la seguridad tienen referentes y significados de género distintos. La percepción de seguridad de las mujeres está marcada por la violencia ejercida sobre nuestro cuerpo sexuado y determina, en gran medida, como vivimos los espacios. Las mujeres tienen miedo a la violencia sexual, el tipo de violencia que traspasa sus cuerpos. Además, a las mujeres se nos socializa para temer al espacio público, a la noche y a los extraños. Por otro lado, la mayor parte de las mujeres

hemos vivido algún tipo de violencia machista a lo largo de sus vidas (Ortiz Escalante, 2018). El miedo y la percepción de seguridad afecta a la vida cotidiana de las mujeres y su movilidad, el uso de la ciudad y la participación en sus entornos cotidianos. Por lo tanto, su participación en la construcción de espacios seguros es imprescindible. Aunque la percepción de seguridad no sólo depende del diseño, sino sobretudo de factores sociales, políticos y económicos, la configuración física del entorno condiciona esta percepción. A partir del trabajo iniciado en otras regiones, como en Canadá y América Latina (Michaud 2002; Falú 2009), Col·lectiu Punt 6 (2017) propone analizar de manera comunitaria con las mujeres la seguridad de los entornos a través de los 6 principios de seguridad desde una perspectiva feminista: visible, equipado, señalizado, vital, vigilado y comunitario (Fig. 3).

3. Garantizar la participación comunitaria desde una perspectiva feminista interseccional

Cualquier intervención en una comunidad, barrio o territorio debe ser hecha en a través de la participación comunitaria, porque son las personas usuarias del espacio a transformar quienes tenemos un mayor conocimiento del barrio y de las necesidades de su población. Además, la participación cuando se integra en las distintas fases de un proyecto incrementa el sentimiento de pertenencia y el nivel de satisfacción. Entendemos la participación como un proceso transformador que acompaña las diferentes etapas de la planificación, gestión y transformación de los espacios donde se desarrollan nuestras vidas, desde el diagnóstico, el diseño hasta la evaluación. Asimismo, es una oportunidad para dar poder de decisión a personas y grupos que han sido excluidos, en particular, a las mujeres y disidencias (Col·lectiu Punt 6 2019).

La participación comunitaria también debe integrar una perspectiva feminista interseccional. Esto significa que, primero, es necesario aumentar la participación de las mujeres, que aunque somos el 51% de la población mundial, seguimos siendo excluidas de la toma de decisiones. La participación de las mujeres y otras identidades de género aporta la experiencia y la sabiduría sobre la vida cotidiana, que conforma una fuente imprescindible de conocimiento para la planificación urbana. Las mujeres acumulamos un conocimiento singular y complejo de los barrios donde vivimos por la doble y triple jornada que se deriva de la sociedad patriarcal en la que vivimos. Además, las mujeres hemos sido históricamente excluidas e invisibilizadas en los proyectos urbanos como vecinas y técnicas. Por tanto, es esencial garantizar y priorizar la participación de las mujeres en su diversidad.

En los procesos de participación convencional se pone mucho énfasis en llegar a consensos y se invisibilizan las diferencias de género interseccionales. Solo si integramos una perspectiva feminista interseccional en la participación podremos atender a la diversidad de personas y experiencias y ayudar a romper jerarquías en todas las fases de un proceso, desde el diseño al análisis y la transformación. Así, la participación comunitaria feminista

incorpora la diversidad de experiencias de género para transformar dinámicas de poder, hace visibles las experiencias cotidianas de la diversidad de mujeres y otras identidades atravesadas por la edad, la racialización, la migración, la diversidad funcional o de otras vivencias y, por tanto, cuestiona privilegios y discriminaciones antes no contemplados (Col·lectiu Punt 6, 2014) (Fig.4).

Metodologías feministas participativas para la transformación de los espacios

Desde nuestros inicios, en Col·lectiu Punt 6 venimos desarrollando metodologías propias inspiradas en una genealogía feminista proveniente de diferentes territorios, que hemos ido adaptando a diferentes contextos locales e internacionales y a los diferentes proyectos, grupos, personas y temas con los que nos hemos encontrado. A lo largo de estas dos décadas hemos organizado y facilitado múltiples procesos participativos y de acción comunitaria, tanto para la administración pública como en proyectos de acción participativa feminista con otras organizaciones de base y comunitarias. Es a través de estos procesos de investigación-acción feminista participativa que hemos podido co-crear y compartir metodologías feministas, colectivas, acumulativas y participativas.

Inspiradas por la metodología de investigación-acción participativa feminista que se viene desarrollando desde los años 60 en muchas partes del mundo, hemos desarrollado proyectos feministas conjuntamente para transformar las estructuras sociales y comunitarias, conseguir resultados prácticos y nuevas formas de conocimiento, a través de relaciones más horizontales donde las personas participantes pueden estar involucradas en todas las etapas del proyecto, desde identificar problemas, el diseño de métodos, las preguntas de investigación, la recogida y análisis de datos hasta la difusión de resultados. Integrar la perspectiva feminista interseccional en la acción participativa nos ha permitido valorar las voces y experiencias diversas de las mujeres en todas las fases del proyecto, explorar diversidad de herramientas participativas espaciales y encuerpadas (marchas exploratorias,



Figura 4. Ilustración de Tonina Matamalas para Col·lectiu Punt 6 con ejemplos de métodos feministas participativos

mapas comunitarios, mapas de la red cotidiana, mapas perceptivos, mapeo corporal), cuestionar las relaciones de poder y su impacto en el proyecto y promover la reciprocidad y reflexividad entre todas las participantes. Esta metodología también nos ha permitido trabajar desde la ética del cuidado, con el objetivo que la participación activa en proyectos de investigación como este se valore y visibilice socialmente (VV.AA. 2017).

A través de estos proyectos hemos utilizado métodos feministas que toman la vida cotidiana de las mujeres y sus experiencias como metodología y fuente esencial de conocimiento. La metodología feminista nos ha permitido no solo describir y analizar individual y colectivamente los espacios desde una perspectiva feminista, sino elaborar propuestas de mejora, recomendaciones. Y a su vez, avanzar hacia la acción y transformación colectiva, donde las mujeres y disidencias participantes han desarrollado herramientas de agencia, toma de conciencia y auto-organización colectiva.

Enredarse con activistas para transformar espacios

Como organización feminista, durante estos veinte años ha sido un reto desde lo individual y colectivo construir y practicar un discurso coherente con nuestros valores y prácticas cotidianas, sobre todo en el ámbito del urbanismo. Somos conscientes que estamos dentro de una sociedad patriarcal y colonial que continúa perpetuando opresiones y privilegios. En este clima hostil, como estrategia de sobrevivencia, resistencia y transformación, el urbanismo feminista es impensable sin el trabajo en red para compartir luchas y victorias con otras activistas y organizaciones feministas (Ortiz Escalante y Gutiérrez Valdivia, 2015). Por eso, una estrategia clave para nosotras ha sido poder escoger con quién y para quién trabajamos, optando por trabajar por el bien público y común, rechazando trabajar con el sector privado. Y sobre todo, construir alianzas que permitan sostenernos en red a diferentes organizaciones a la vez que visibilizar que trabajamos por una transformación radical de nuestros espacios de vida.

Desde la visión que las personas de una comunidad son las expertas del territorio y, en particular, a las mujeres y disidencias de género como las principales conocedoras de un territorio, hemos buscado siempre formas de comunicar experiencias y conocimientos colectivos a través de un lenguaje que huye de tecnicismos y utilizando herramientas creativas que integran diversas miradas, cuerpos y perspectivas. Por ello, han sido esenciales las redes con artistas que han visibilizado y explicado el conocimiento generado colectivamente rompiendo con lenguajes técnicos y acercando el urbanismo feminista a todos.

Por eso, en la mayoría de trabajos de participación y acción comunitaria desde abajo, no solamente hemos hecho trabajo en red con organizaciones y entidades feministas, sino que hemos visibilizado procesos, resultados y propuestas a través de herramientas creativas realizadas por artistas feministas. Durante estos años no hemos parado de enredarnos con otras organizaciones y entidades donde activistas como Tonina Matamalas, Odile Carabantes, Alba Feito y la Cooperativa de Técnicas nos han acompañado en plasmar reivindicaciones feministas. En particular, queremos compartir algunos proyectos donde el trabajo con estas creadoras ha sido imprescindible para contribuir a la transformación de los espacios integrando una perspectiva feminista interseccional. En las ilustraciones de las secciones anteriores y en las de los proyectos que se explican a continuación, el trabajo en red con las activistas ha permitido comunicar resultados de proyectos y utopías, donde se ven representados la diversidad de cuerpos y narrativas, visibilizando tanto los problemas como los sujetos que hasta ahora han permanecido invisibles en la planificación urbana.

A continuación, presentamos algunos ejemplos.

La Red de Urbanistas Feministas de la Mediterránea está conformada por un grupo de más de 15 activistas de 10 países que trabajan desde diferentes ámbitos y organizaciones feministas trabajando en el Mediterráneo por el derecho a la ciudad y la justicia espacial desde una perspectiva feminista. El principal objetivo de la red es visibilizar el trabajo de las personas que están empujando procesos de urbanismo feminista en los diferentes



Figura 5 y 6. Ilustración de Tonina Matamalas para Col·lectiu Punt 6

países de la región, compartiendo conocimiento, proyectos y sistematizando experiencias y prácticas. Una de las principales riquezas de esta red es su diversidad sociocultural y lingüística. Y en el trabajo de ilustración de Tonina Matamalas se consigue visibilizar esto a través de cuerpos de mujeres y disidencias que representan esta diversidad y de mapificar el Mediterráneo poniendo en el centro lo que nos une: el mar²⁷ (Fig. 5 y 6).

La **Red Comunitaria de Cuidados** se inició como un proyecto que necesita de tiempo y recursos

para su implementación, en el que vamos desarrollando partes y aprendiendo en diferentes territorios y comunidades. El objetivo de este proyecto es vincular a personas e iniciativas existentes en un barrio o comunidad para que se organicen para compartir espacios, gestión y tiempos de cuidados propios, hacia otras personas y hacia el entorno, creando una organización social de apoyo mutuo en un territorio próximo. El objetivo es mejorar la vida cotidiana y la autonomía de las personas desde una perspectiva ecofeminista. Y en esta ocasión Tonina Matamalas junto a Odile Carabantes consiguieron plasmar la configuración física y social de todas las actividades cotidianas que pueden compartirse y darse en una red comunitaria

²⁷ <https://www.xarxesfeministes.org/mediterranean-network-feminist-urbanists/>



Figura 7. Il·lustración de Tonina Matamalas y Diseño de Odile Carabantes para Col·lectiu Punt 6

de cuidados. Materializaron este proyecto en una utopía ilustrada en la que los cuidados pasan a ser una responsabilidad pública y comunitaria, con un soporte físico y social que los sustenta en los espacios donde vivimos. Este proyecto contribuye a generar nuevos imaginarios con la ayuda de las manos de Tonina y Odile (Fig. 7).

Después del diseño de esta utopía de Redes comunitarias de cuidados se consiguió poder empezar a documentar, organizar e implementar redes en diferentes territorios (urbanos y rurales), pasando de la utopía inicial a la realidad práctica, que esperamos puedan seguir reproduciéndose y adaptándose a las necesidades de quienes las conforman²⁸.

En el proyecto de la **Red de Lavabos Públicos**, Alba Feito, ilustradora, junto a Odile Carabantes han sabido plasmar los resultados del análisis del acceso y uso de lavabos en dos barrios de Barcelona a través de una colección de fanzines²⁹. Con el objetivo de crear una campaña de reivindicación de la necesidad de disponer de red de lavabos e infraestructuras de cuidado que acompañen nuestra vida cotidiana en la ciudad, Alba Feito ayudó a plasmar a través de dibujos las experiencias recogidas de mujeres diversas y disidencias en el proceso de participación comunitaria. Utilizando el humor, se empezó una campaña “gamberra” titulada “QuienPuedeEsperar” (QuiPotEsperar) que reivindica que no hay nadie que pueda esperar a desarrollar sus necesidades vitales básicas (Fig. 8).

También hemos utilizado herramientas audiovisuales para plasmar otros proyectos, donde el colectivo de artistas audiovisuales transfeministas Cooperativa de Técnicas nos ayudó a difundir los resultados del proyecto de Nocturnas (VV.AA. 2017), que visibiliza barreras cotidianas de movilidad y espacio público que enfrentan mujeres que trabajan de noche en el Área Metropolitana de Barcelona. En este proyecto se hicieron videos participativos en que este colectivo de técnicas acompañó al grupo de 24 nocturnas en diseñar el



Figura 8. Fanzines del proyecto QuiPotEsperar.org

guión de los 3 videos participativos resultados³⁰ (Fig. 9).

Reflexiones finales

En este artículo hemos ejemplificado la centralidad de la participación comunitaria y el trabajo en red y colaborativo con activistas feministas para poder transformar nuestros espacios de vida desde una perspectiva feminista interseccional. El lenguaje

28 <https://www.xarxacomunitariadecures.org/>

29 www.quipotesperar.org

30 <https://www.youtube.com/watch?v=JC2oJY2OERc&t=20s>
<https://www.youtube.com/watch?v=vp3EZiQufsA&t=4s>
<https://www.youtube.com/watch?v=LvKxqeAJRTY&t=20s>



Figura 9. Portada video nocturnas con ilustración de Tonina Matamalas

y comunicación de estas creadoras ha permitido visibilizar, celebrar y diversificar narrativas y cuerpos que de otra manera hubieran permanecido silenciados. Son muchos los proyectos en red y las contribuciones de estas artistas feministas que nos dejamos sin explicar, pero esperamos que este artículo haya servido para ilustrar que el urbanismo feminista es transdisciplinar y las organizaciones y colectivos de artistas feministas son un elemento esencial para poder transformar los espacios públicos y construir ciudades feministas.

Referencias

- Col·lectiu Punt 6 (2017). *Entornos Habitables. Auditoría de Seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno*. Col·lectiu Punt 6. https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Entornos-habitables_ES.pdf
- Col·lectiu Punt 6 (2019). *Urbanismo Feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida*. Virus Editorial.
- Col·lectiu Punt 6 (2020). *Volem ser Lliures no Valentos* [Poster]. <https://www.punt6.org/materials/volem-ser-lliures-no-valentes/>
- Falú, A. (Ed.) 2009. *Mujeres en la ciudad. De violencias y derechos. Red Mujer y Hábitat América Latina*. Ediciones Sur. https://www.ciscsa.org.ar/_files/ugd/15ddb6_8e8eaf7fda-4c4e75b6e8de685b5975c9.pdf
- Michaud, A. (2002). *Guide d'Aménagement pour un environnement urbain sécuritaire de la Ville de Montréal*. Ville de Montréal, Montréal. <http://www.bv.transports.gouv.qc.ca/mono/1220198.pdf>
- Ortiz Escalante, S. (2018). La seguridad urbana desde el urbanismo feminista. *Barcelona Societat: revista d'informació i estudis socials*, 22, 71-88.

Ortiz Escalante, S and B. Gutiérrez Valdivia (2015) Planning from below: using feminist participatory methods to increase women's participation in urban planning. *Gender & Development*, 23(1), 113-126. : <https://doi.org/10.1080/13552074.2015.1014206>

Valdivia, B. (2017). Hacia un cambio de paradigma: la ciudad cuidadora. *Barcelona Metròpolis*, 104, 18-19.

VV.AA. (2017). *Nocturnas. La vida cotidiana de las mujeres que trabajan de noche en el Área Metropolitana de Barcelona*. Col·lectiu Punt 6. https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Nocturnas_ES.pdf

Sara Ortiz Escalante: é urbanista feminista e fundadora da Col·lectiu Punt 6, uma cooperativa feminista de planeamento urbano com sede em Barcelona. Socióloga e doutorada em Planeamento pela Universidade de British Columbia (2019), o seu trabalho centra-se na mobilidade, segurança e investigação-ação participativa numa perspetiva feminista interseccional. Coordenou vários estudos para melhorar os sistemas de mobilidade. É coautora, juntamente com as suas companheiras de Punt 6, de dez guias metodológicos sobre planeamento urbano e mobilidade e do livro *Urbanismo Feminista: Por uma Transformação Radical dos Espaços de Vida* (Vírus Editorial, 2019). Email: info@punt6.org

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.

Aprovado para publicação a 7 de novembro de 2025.



LA PERSPECTIVA FEMINISTA COMO HERRAMIENTA PARA TRANSFORMAR LA VIVIENDA

Roser Casanovas con Col·lectiu Punt 6
Col·lectiu Punt 6

Resumen

El derecho a la vivienda no está garantizado para muchas personas. Y en cambio es una pieza indispensable para el desarrollo de nuestras vidas. Es necesario abordar las desigualdades y retos socioeconómicos que afectan especialmente a las mujeres y otras identidades y que repercuten en su acceso, uso y mantenimiento de la vivienda. Estas cuestiones se enmarcan en un contexto de crisis ecosocial y de cuidados, emergencia habitacional sistémica y feminización estructural de la pobreza. Para acabar con estas desigualdades estructurales en torno a la vivienda es imprescindible que las políticas públicas pongan en el centro una perspectiva feminista interseccional en su análisis, diseño y desarrollo.

Desde el Col·lectiu Punt 6 (2017, 2019, 2023) hemos desarrollado criterios y herramientas para aplicar la perspectiva feminista en el diseño, gestión y planificación de la vivienda y nuestros espacios de vida a través de la investigación-acción feminista participativa como metodología para generar y valorar el conocimiento colectivo. En este artículo compartiremos algunos proyectos que hemos desarrollado para construir propuestas basadas en la configuración y gestión del espacio para la corresponsabilidad de los cuidados, la transición ecológica y la gestión eficiente de los recursos ambientales, territoriales y energéticos.

Palabras clave: Políticas de vivienda; Urbanismo feminista; Corresponsabilidad social de los cuidados.

A PERSPETIVA FEMINISTA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA HABITAÇÃO

Roser Casanovas con Col·lectiu Punt 6
Col·lectiu Punt 6

Resumo

O direito à habitação não está garantido para muitas pessoas. No entanto, é um elemento indispensável para o desenvolvimento das nossas vidas. É necessário abordar as desigualdades e os desafios socioeconómicos que afectam particularmente as mulheres e outras identidades e que têm impacto no seu acesso, utilização e manutenção da habitação. Estas questões estão enquadradas num contexto de crise eco-social e de cuidados, de emergência habitacional sistémica e de feminização estrutural da pobreza. Para pôr fim a estas desigualdades estruturais em torno da habitação, é essencial que as políticas públicas coloquem uma perspetiva feminista interseccional no centro da sua análise, conceção e desenvolvimento.

No Col·lectiu Punt 6 (2017, 2019, 2023) desenvolvemos critérios e ferramentas para aplicar a perspetiva feminista na conceção, gestão e planeamento da habitação e dos nossos espaços de vida através da investigação-ação feminista participativa como metodologia para gerar e valorizar o conhecimento coletivo. Neste artigo partilharemos alguns projectos que desenvolvemos para construir propostas baseadas na configuração e gestão do espaço para a corresponsabilidade dos cuidados, a transição ecológica e a gestão eficiente dos recursos ambientais, territoriais e energéticos.

Palavras-chave: Políticas de habitação; Urbanismo feminista; Corresponsabilidade social pelos cuidados.

Introducción

El derecho a la vivienda no está garantizado para muchas personas. Y en cambio es una pieza indispensable para el desarrollo de nuestras vidas. Es necesario abordar las desigualdades y retos socioeconómicos que afectan especialmente a las mujeres y otras identidades y que repercuten en su acceso, uso y mantenimiento de la vivienda. Estas cuestiones se enmarcan en un contexto de crisis ecosocial y de cuidados, emergencia habitacional sistémica y feminización estructural de la pobreza. Para acabar con estas desigualdades estructurales en torno a la vivienda es imprescindible que las políticas públicas pongan en el centro una perspectiva feminista interseccional en su análisis, diseño y desarrollo.

Los espacios donde desarrollamos nuestras vidas reproducen, legitiman y perpetúan desigualdades y relaciones de poder estructurales. Por eso, es necesaria una aproximación desde una perspectiva feminista interseccional que analice estas desigualdades y proponga transformaciones de nuestros entornos para garantizar el derecho en una vida digna para todas las personas, y en particular de las mujeres e identidades disidentes que han estado históricamente excluidas e invisibilizadas.

En este artículo vamos a desarrollar tres ideas fundamentales:

1. Problemáticas de vivienda que afectan diferencialmente a las mujeres e identidades disidentes y es necesario un análisis con perspectiva de género interseccional
2. No solo es necesario que haya políticas de vivienda con perspectiva de género, sino que para una transformación real necesitamos perspectiva feminista interseccional en las políticas públicas de una forma transversal.
3. Necesitamos referentes de otras formas de vincularnos y vivir en comunidad para cambiar los imaginarios de nuestra sociedad

Este artículo no pretende ser un artículo académico clásico, sino que tiene la intención de visibilizar un conjunto de procesos y propuestas que se han elaborado dentro del marco de trabajo

del Col·lectiu Punt 6 y que se creen importantes incorporar en los debates sociológicos.

1. La vivienda y su entorno desde una perspectiva feminista interseccional³¹

Nos encontramos ante una crisis residencial estructural, que se sostiene a lo largo del tiempo, con un incremento exponencial del precio de las viviendas de alquiler y de venta, en muchas ciudades españolas, con un parque público todavía muy insuficiente y con estrategias poco flexibles para abordar la diversidad de necesidades vinculadas a la vida de las personas. Estas dinámicas económicas que priorizan el beneficio económico y la acumulación de capital, han hecho que la vivienda se convierta en un bien especulativo y han expulsado a las personas vecinas de sus barrios, poniendo en riesgo la vida cotidiana de las personas, erosionando las redes vecinales y la vida comunitaria construidas a lo largo del tiempo.

El género es una variable imprescindible que condiciona tanto el acceso como el uso de la vivienda. Existe una brecha salarial importante entre mujeres y hombres, con una menor tasa de ocupación, mayores tasas de temporalidad, reducción de jornada y precariedad, que contribuyen a la feminización de la pobreza. Según el INE³², en España las mujeres dedican más horas semanales a los cuidados del hogar y la familia y cuando se trata de los cuidados hacia las personas mayores o con dependencia son mayoritariamente las mujeres (84%) en una edad intermedia (una media de 52,9 años).

Todos estos factores dificultan la independencia económica de las mujeres y su acceso a la

³¹ Col·lectiu Punt 6 (2019)

³² Según el Instituto Nacional de Estadística, las mujeres dedican, en promedio, el doble de horas semanales que los hombres a los cuidados y tareas del hogar, y uno de los motivos por el que optan de forma voluntaria a trabajar a tiempo parcial es, precisamente, el cuidado de menores y personas dependientes. Mientras, los hombres eligen de forma voluntaria el trabajo a tiempo parcial para seguir cursos de enseñanza o formación, según datos de 2024 de Empleo.

vivienda. Además, si cruzamos el género con otras variables como la edad, (las mujeres tienen una esperanza de vida al nacer de 86 años frente a 80 de los hombres), el origen, la diversidad funcional o las responsabilidades familiares, las dificultades se agravan todavía más. Si comprobamos los datos de la estructura de los hogares en Barcelona vemos que el 64% de los hogares unipersonales están conformados por mujeres (muchas de ellas mayores) y el 85% de los hogares monoparentales están encabezados por una mujer. El 55% de la población en la ciudad de Barcelona que se encuentra en riesgo de pobreza son mujeres (datos extraídos del Ajuntament de Barcelona, el Idescat y la Generalitat de Catalunya).

Además de las bajas posibilidades que tenemos las mujeres para acceder a una vivienda, también tenemos que tener en cuenta como son los espacios de nuestras viviendas y qué roles están perpetuando. Las viviendas son el lugar de la primera experiencia espacial donde se configura el género a través de la socialización de género y la división del trabajo que refuerza los roles tradicionales (Ginsberg y Watson, 2012). El «hogar» está marcado por el género y se asocia con la crianza y el cuidado, profundizando los vínculos de género con el trabajo doméstico (Austerberry y Watson, 1981).

El tipo de viviendas que se han producido durante las últimas décadas han variado muy poco a pesar de la heterogeneidad de situaciones y de las unidades familiares actuales. Se han dado por obvias e inamovibles ciertas características, como por ejemplo la distribución en espacios cerrados y poco visibles de algunas tareas domésticas (lavadero, cocina, guardados diversos...). Esto ha hecho repetir estructuras jerárquicas y rígidas de la familia nuclear patriarcal que quedan reflejadas, entre otras, en la nula consideración que tiene el trabajo de cuidados y sus necesidades. “La casa” ha sido utilizada como espacio de perpetuación de la división sexual del trabajo, asignando a las mujeres la responsabilidad de realizar cotidianamente una serie de tareas domésticas dentro de la casa, necesarias para que el trabajo productivo fuera de casa pueda desarrollarse.

Si algo puso en evidencia la crisis sanitaria de la COVID-19, entre otras muchas, es el privilegio

que significa tener una vivienda en la cual sentirse segura y que se adapte a las necesidades de las personas usuarias en cuanto a la accesibilidad, los cuidados de las personas dependientes, los ciclos de la vida, la corresponsabilidad y la colectivización de las tareas reproductivas. Para muchas mujeres, el hogar es un lugar de abuso, no un refugio (Yakubovich et al., 2023). Por eso, es necesario repensar modelos de vivienda donde la sostenibilidad de todas las vidas posibles sea prioritaria y se den las condiciones materiales para poder cuidar a otras personas y autocuidarnos.

El acceso a una vivienda segura sigue siendo un reto para las mujeres, las personas LGBTQI+ y las minorías debido a la inseguridad laboral y la discriminación. La vivienda desempeña un papel importante en el refuerzo de las desigualdades de género junto con otras opresiones, pero también tiene potencial para el cambio feminista (Salem-bier, 2023).

Por todo esto, es muy importante generar conocimiento desde una perspectiva de género interseccional en el acceso, el uso y el mantenimiento de las viviendas para garantizar que haya datos que visibilicen las desigualdades, datos cuantitativos y cualitativos para poder después tomar decisiones a nivel de políticas públicas y programas de vivienda. Es necesario tener análisis más complejos y diversos para dar respuestas más acertadas a las necesidades de las personas.

2. Políticas feministas de vivienda

Los movimientos feministas han impulsado reformas de políticas públicas de vivienda diferentes contextos, desde la integración de la perspectiva de género hasta los servicios de vivienda para víctimas de la violencia de género. Sin embargo, el alcance de su impacto varía y no hay estudios comparativos que visibilicen las diferentes intervenciones que abordan las desigualdades de género en relación con otras opresiones en el ámbito de la vivienda y su potencial para producir transformaciones feministas de los roles y relaciones de género dominantes.



Figura 1. ilustración de la estrategia 8. Autoría: Olga Capdevila

Las políticas públicas de vivienda no incorporan una perspectiva feminista con una mirada amplia que atienda a las diferentes necesidades y problemáticas para garantizar nuestro derecho a la vivienda.

Des del projecte de Comunitats Ecofeministes de Vivienda³³ hemus construïdo col·lectivament 8 estratègies que surten del anàlisi quantitatiu i qualitatiu de les necessitats i de les problemàtiques que tenen aquestes comunitats per accedir, mantenir i crear alternatives de vida per a les dones que formen part i, també, per a les que no han pogut formar part. Aquest projecte aportà les condicions materials per què se donés un espai de treball entre diferents persones i entitats, és a dir, un temps i un espai per poder compartir temes comuns.

Aquestes estratègies són una síntesi del treball col·lectiu que hem realitzat i representa un punt de partida que cal seguir definint i concretant. També serveixen per enumerar les línies de treball que falten per aplicar la perspectiva feminista a les polítiques públiques de vivienda i, també, en altres polítiques públiques d'altres àmbits que cal abordar per millorar les condicions de vida de les dones i altres identitats. Aquestes estratègies, sobre tot, potencien

el àmbit comunitari a través de la construcció de vincles i afectes des d'un altre lloc per poder construir una organització social diferent que ens permeti trencar amb la dicotomia públic-privat i amb les desigualtats estructurals del sistema actual (Fig. 1).

Les 8 estratègies són:

1. El feminisme interseccional per no deixar fora a cap persona
2. Garantir una vida digna per totes
3. Fomentar la corresponsabilitat dels cuidadors
4. Promoure comunitats feministes de vivienda
5. Garantir la sostenibilitat econòmica
6. Incidir en els programes i les normatives que afecten la construcció de comunitats de vivienda
7. Aplicar criteris de disseny en els espais de vida
8. Apoyar a la organització comunitària horitzontal i flexible

3. Necesidad de generar referentes de vida en comunidad

Uno de los aspectos que creemos más relevante para transformar nuestra realidad es a través de proyectos piloto y comunidades que sean referentes y puedan ayudar a construir imaginarios posibles.

³³ Ver el proyecto aquí: <https://www.punt6.org/comunitats-ecofeministes-habitatge/>

El primer proyecto que destacamos es Mujeres Cohabitando para impulsar cooperativas de mujeres colectivizando los cuidados durante el 2021. Este proyecto tenía como objetivo principal acompañar a un grupo de mujeres cabezas de familia para generar un proyecto comunitario de vida, que se ajustará a sus necesidades, que fuera un espacio seguro, hecho y gestionado por mujeres y con posibilidades para la gestión comunitaria de los cuidados en el propio proyecto o en el barrio donde se conviva. Las personas que participaron fueron mujeres de diferentes orígenes y edades, con estructuras familiares diversas, monomarentales³⁴ con hijos o mujeres mayores que vivan solas. Era un grupo muy heterogéneo que no se conocía y que tenía en común que eran mujeres diversas interesadas en otras formas de convivir y compartir.

Este proyecto generó dos impactos principales: el primero, fue un impacto directo sobre las mujeres que conformaron el grupo por la información y la posibilidad de soñar en otras formas de vida; El segundo, fue sobre las políticas públicas de vivienda de la ciudad, elaborando fórmulas que desde la economía social permitan resolver necesidades residenciales de personas que quedan excluidas de este tipo de proyectos. Al cabo del tiempo, este grupo de mujeres se conformaron como una asociación que se llama La Solar que con los valores del inicio siguen aún hoy en día luchando por conseguir un solar par construir su comunidad feminista en el barrio del Poblenou de Barcelona.

La historia ha tenido muchos ejemplos de resistencia que se han invisibilizado. Este proyecto recoge las contribuciones colectivas previas de teóricas y activistas feministas que han propuesto compartir espacios comunitarios fuera del hogar para reivindicar que las tareas de cuidados y reproductivas tienen que ser responsabilidad

social y pública, haciéndolas visibles en los entornos urbanos y comunitarios. Parte de esta genealogía se recoge en libros referentes como el libro de la urbanista Zaida Muxí Martínez, *Mujeres, Casas y Ciudades* (MUXÍ, 2018) o en el de Seven American Utopias: The Architecture of Communitarian Socialism, 1790 – 1975 de la teórica Dolores Hayden (1979) y entre otros³⁵.

Dentro del proyecto Mujeres Cohabitando realizamos una jornada de intercambio compartiendo experiencias con diferentes comunidades de mujeres con diferentes formatos de organización y con diferentes retos que desarrollar. Entre estas comunidades había una cooperativa de vivienda Viena llamada Frauenwohnprojekt [RO*SA]³⁶ en Donaustadt que lleva más de 14 años conviviendo gracias a la tradición en políticas de vivienda de esta ciudad, en suelo y financiación pública, frente otra experiencia de La Morada que es la primera cooperativa de vivienda feminista en Barcelona construida en sesión de suelo privado y sin una financiación específica. También participó la propuesta rural y radical de las compañeras de La Pallejana, una casa feminista en Sant Antoni de Vilamajor (Montseny) rompiendo con las estructuras familiares tradicionales que tienen como referencia las comunas de las compañeras Kurdas del Movimiento de Liberación de las mujeres del Kurdistan. Y compartimos experiencia con la Casa Feminista Comunitaria Berta³⁷ en Barcelona que está autogestionada por la asociación Mujeres Migrantes Diversas para trabajadoras del hogar y de los cuidados como un espacio físico de encuentro y de soporte mutuo que rompe con los modelos de acceso a la vivienda asistencialista y victimizador, asegurando un espacio seguro en caso de emergencia habitacional. Y, por último, la

³⁴ Término que se utiliza para denominar aquellas unidades familiares donde solo hay una persona progenitora al cargo por diferentes motivos y es una mujer. Según la FAMS, la asociación de familias monomarentales, en España el 80% de las familias monoparentales están sustentadas por una mujer, de ahí el término monomarental.

³⁵ VESTBRO, DickUrban; HORELLI, Liisa; *Design for Gender Equality: The History of Cohousing Ideas and Realities. Built Environment*, 2012, vol 38, n 3; DARLEY, Gillian; *Villages of Vision*, Architectural Press, Londres, 1975. (2ª edición revisada 2007 per Five Leaves Publications)

³⁶ Ver el proyecto aquí: <https://sites.google.com/view/frauenwohnprojekt-rosa22/startseite/>

³⁷ er el proyecto aquí: <https://projectelliures.cat/2020/09/28/casa-feminista-autogestionada-mujeres-migrantes-diversas/>

la vivienda que involucren a diferentes personas viviendo en diferentes modelos de vivienda (público, cooperativo, masovería urbana, vivienda social e incluso vivienda privada), para compartir espacios colectivos y contribuir a la colectivización de las tareas domésticas, de cuidados y comunitarias. Cada red decidirá cuáles son los elementos de la vida cotidiana que quieren compartir y el grado de participación de sus personas socias. Estos espacios compartidos se pueden distribuir entre los diferentes edificios de vivienda o en otros espacios del entorno, por ejemplo, utilizando las plantas bajas de edificios, solares vacíos y edificios en rehabilitación, etc. Un elemento esencial para el éxito de este proyecto es que la red de vivienda se tiene que crear por y para las personas vecinas que quieran involucrarse en el cuidado comunitario compartido.

En este mismo sentido se está desarrollando en Uruguay, donde existe una larga tradición cooperativista, la idea de una cooperativa dispersa formada por diferentes solares en un entorno urbano consolidado. Este proyecto se desarrolla dentro del programa Fincas⁴⁰ desarrollado por la intendencia de Montevideo que trabaja en la recuperación de inmuebles abandonados, deteriorados y deudores en la ciudad, que se transforman en bienes comunes puestos a disposición de causas sociales.

Estas redes comunitarias de cuidados en el entorno de la vivienda contribuyen de manera activa: poner la vida cotidiana para analizar el rol del espacio en el entorno significa dar el mismo valor a todas las esferas de la vida: la productiva, reproductiva (trabajo doméstico y de cuidados), la comunitaria y la personal; segundo, reconocer el valor social del trabajo no remunerado y promover una división más equitativa entre esferas; tercero, romper la división público-privado, entre la esfera privada del hogar y el espacio público, llevando el trabajo doméstico y de cuidados al espacio público para entenderlo como una responsabilidad social; cuarto, entender que esta organización

diaria tiene implicaciones de diseño urbano, de salud y bienestar que influencia las aspiraciones y expectativas de las personas; quinto, contribuir a democratizar las políticas de vivienda porque la participación activa de las mujeres sea central en la investigación de soluciones de vivienda asequible y más equitativa; sexto, generar un nuevo mercado de vivienda cooperativa en un entorno ya construido rehabilitando el parque actual a través una nueva forma de organización social.

Y seguimos desarrollando este proyecto entorno a los cuidados comunitarios⁴¹ en nuestros barrios, aprendiendo y generando criterios que definan las condiciones materiales que nos permitan una verdadera corresponsabilidad social de las tareas de cuidados que rompa con las desigualdades.

Reflexiones finales

Tenemos una organización social basada en la privatización de los cuidados que significa dejar una gran parte estos en la esfera privada del hogar, y este sistema es una fuente de desigualdades que penaliza unos colectivos por encima de otros: en concreto, las mujeres y las personas migrantes

Si sumamos la desigualdad en la distribución de las tareas los cuidados con la grave crisis de la vivienda las consecuencias son muy graves, por ejemplo, el impacto que tiene en la construcción de las redes de apoyo mutuo al entorno inmediato de nuestros espacios privados puesto que es muy difícil poder sostenerla cuando no tienes seguridad residencial porque no puedes pagar el alquiler y tienes que cambiar de casa cada 3 años. Las dinámicas económicas actuales priorizan el beneficio económico y la acumulación de capital, haciendo que las viviendas se hayan convertido en un bien especulativo y que las personas

⁴⁰Programa fincas desarrollado por el Departamento de Desarrollo Urbano de la Intendencia de Montevideo : <http://www.montevideo.gub.uy/noticias/vivienda/se-presento-el-proyecto-fincas>.

⁴¹ El primer material resumen de la Red Comunitaria de cuidados entorno a la vivienda/ Community Care Network (2020); Col·lectiu Punt 6 (2023) *Xarxa Comunitària de Cures. Compartim les cures als nostres barris*. Ed. Col·lectiu Punt 6; y el espacio web que centraliza todo el trabajo realizado hasta el momento: <https://www.xarxacomunitariade-cures.org/>

vecinas sean expulsadas de sus barrios o municipios, poniendo en riesgo la vida cotidiana de las personas y rompiendo sus redes vecinales y comunitarias.

En este contexto, es esencial desarrollar estrategias de accesibilidad a la vivienda para toda la población incorporando la diversidad de experiencias y necesidades. Y es precisamente aquí donde el género es una variable imprescindible que condiciona tanto el acceso como el uso y el mantenimiento de la vivienda. Además de diseñar interiores de viviendas que perpetúan los roles de género, invisibilizan las tareas de cuidados y reproducen estructuras jerárquicas del ideal de familia hegemónica.

Hay que dejar de pensar la vivienda desde una perspectiva individual, desde una perspectiva y metodología feminista proponemos crear redes comunitarias de apoyo y cuidados entorno a las viviendas que involucren a diferentes personas viviendo en diferentes modelos de vivienda para compartir espacios colectivos y contribuir a la colectivización de las tareas domésticas, de cuidado y comunitarias.

Priorizar los cuidados exige una transformación radical de nuestros espacios de vida como escenarios de nuestra vida cotidiana. El espacio contribuye a configurar como nos relacionamos, nuestro pensamiento y nuestra manera de concebir el mundo. Para cambiar las condiciones de vida de las personas y poner los cuidados en el centro de verdad tenemos que construir nuevos espacios (o rehabilitarlos, readaptarlos, renombrarlos, reconstruirlos, reprogramarlos, etc.) que apoyen otras formas de organización social.

Referencias

- Austerberry, H., & Watson, S. (1981). A Woman's Place: A Feminist Approach to Housing in Britain. *Feminist Review*, 8(1), 49-62. <https://doi.org/10.1057/fr.1981.11>
- Ginsburg, N., & Watson, S. (2012). Issues of race and gender facing housing policy. In J. Birchall (Ed.) *Housing Policy in the 1990s* (pp. 140-162). Routledge.
- Salembier, C. (2023). Towards a feminist definition of housing. *Tijdschrift voor Genderstudies*, 26(1), 98-104. <https://www.aup-online.com/content/journals/10.5117/TVGN2023.1.006.SALE?crawler=true>
- Yakubovich, A. R., Bartsch, A., Metheny, N., Gesink, D., & O'Campo, P. (2022). Housing interventions for women experiencing intimate partner violence: a systematic review. *The Lancet Public Health*, 7(1), 23-35.
- Col·lectiu Punt 6 (2013). *Mujeres Trabajando. Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género*. Col·lectiu Punt 6 y Comanegra. <https://www.punt6.org/es/books/mujeres-trabajando/>
- Col·lectiu Punt 6 (2017). *Entornos Habitables. Auditoría de Seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno*. Col·lectiu Punt 6 https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Entornos-habitables_ES.pdf
- Col·lectiu Punt 6 (2019). *Urbanismo Feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida*. Virus Editorial. https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2022/04/libro_Urbanismo-feminista_ES.pdf
- Col·lectiu Punt 6 (2023) *Xarxa Comunitària de Cures. Comparim les cures als nostres barris*. Col·lectiu Punt 6. https://www.punt6.org/wp-content/uploads/2023/11/llibret-jornada-15J_tot.pdf
- Bengoa, C. C. (2006). La paradoja del cuidado: necesario pero invisible. *Revista de economía crítica*, 1(5), 39-64. <https://revistaeconomiacritica.org/index.php/rec/article/view/389/372>
- Darley, G. (2007). *Villages of Vision: a study of strange utopias*. Five Leaves Publications
- Hayden, D. (1979). *Seven American Utopias: The Architecture of Communitarian Socialism, 1790-1975*. MIT Press.
- Jarvis, H. (2015). Towards a deeper understanding of the social architecture of co-housing: evidence from the UK, USA and Australia, *Urban Research & Practice*, 8(1), 93-105. <https://doi.org/10.1080/17535069.2015.1011429>
- Jégou, F. e Manzini, E. (2008). *Collaborative Services, Social Innovation and Design for Sustainability*. Edizioni Poli.design.
- García, I. M. e Cubero, A. F. (2016). *Arquitecturas del cuidado. Viviendas colaborativas para personas mayores. Un acercamiento al contexto vasco y las realidades europeas*. Emakunde. <http://www.porticolibrerias.es/toc/9788498889284.pdf>
- Martínez, Z. M. (2018) *Mujeres, Casas y Ciudades. Más allá del umbral*. DPR-BARCELONA.
- Vestbro, D. U. e Horelli, L. (2012). Design for Gender Equality: The History of Cohousing Ideas and Realities. *Built Environment*, 38(3)
- Roser Casanova** Architect and Urban planner, is a founding partner of the cooperative Col·lectiu Punt 6. It is an organisation that works to rethink domestic, community and public spaces from a feminist perspective, with 20 years of experience. Her areas of work are related to the community management of care around the home through

participatory methodologies with an intersectional feminist perspective, developing projects such as the Community Care Network and the Ecofeminist Housing Communities, among many others. Email: info@punt6.org

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.

Aprovado para publicação a 15 de dezembro de 2025.

Visando concretizar o valor da ciência e maximizar o seu impacto, os **Cadernos IS-UP** têm como objetivo estabelecer uma ponte entre a universidade e a sociedade, a ciência e a prática ou, ainda, entre a investigação e a intervenção social.

Aiming to realise the value of science and maximize its impact, **Cadernos IS-UP** seek to establish a bridge between university and society, science and practice, or even between research and social intervention.